

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Adolescente Autor de Ato Infracional x Mercado de Trabalho:  
Expectativas e Entraves à sua Inclusão.**

**Fabíula Gonçalves Martins**

**FLORIANÓPOLIS  
2004.2**

**FABIULA GONÇALVES MARTINS**

**Adolescente Autor de Ato Infracional x Mercado de Trabalho:  
Expectativas e Entraves à sua Inclusão.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Federal de Santa  
Catarina, para obtenção do título de  
Assistente Social, orientado pela professora  
Adriana Mueller.

*TKL.*

Teresa Kleba Lisboa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 10 / 12 / 04

**FLORIANÓPOLIS**  
2004.2



FABÍULA GONÇALVES MARTINS

**Adolescente Autor de Ato Infracional x Mercado de Trabalho:**

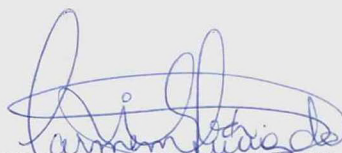
**Expectativas e Entraves à sua Inclusão.**

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pela comissão examinadora integrada pelos membros:



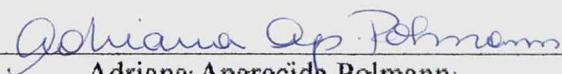
---

Adriana Mueller  
Professora Orientadora



---

Carmem Lúcia da Silva  
Assistente Social  
1ª examinadora



---

Adriana Aparecida Polmann  
Assistente Social  
2ª examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas fizeram parte do processo de minha formação, algumas ficaram marcadas e este é o momento de lembrá-las e agradecê-las :

A Deus, que me iluminou e me protegeu nesta caminhada, usando de sua força e sabedoria para proporcionar-me paciência.

Aos meus pais, pelo crédito que depositaram em mim, pela educação, carinho e amor.

As colegas e amigas do Programa de Liberdade Assistida, Fabiana, Ana Paula, Giseli, Cristiane, Liliane, Sônia, Fabi, Carol e em especial a Suzana e Kelly que contribuíram de forma relevante do início ao término deste trabalho. Obrigada pelos ensinamentos e companheirismo nos momentos que passamos juntas.

A Carina, Ana Paula e Rose, pela amizade construída na vida acadêmica e que ficará muito além dela.

A orientadora Adriana Mueller, pela disponibilidade na orientação deste trabalho com atenção e dedicação.

A Adriana Polmann, supervisora de campo que sem dúvida participou de minha formação, sempre com palavras de incentivo à esta caminhada.

Ao Júlio, exemplo de amor e carinho, que nesta trilha foi o maior incentivador, compreendendo minhas loucuras e inseguranças.

## **RESUMO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso retrata a questão do adolescente autor de ato infracional e o mercado de trabalho. O interesse pela pesquisa deu-se durante a realização de estágio, no Programa de Medidas Sócio-Educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, através de parceria estabelecida com o Centro de Integração Empresa Escola. A pesquisa bibliográfica trouxe o resgate histórico e as transformações no mundo do trabalho, bem como a evolução referente as legislações do adolescente autor de ato infracional e ao mercado de trabalho para adolescentes. Para a pesquisa, utilizou-se o método qualitativo e quantitativo, adotando-se o estudo exploratório e descritivo. Para a coleta de dados utilizou-se pesquisa documental, entrevistas e questionários. A pesquisa empírica revela, que o trabalho é algo de extrema significância na vida dos adolescentes autores de atos infracionais, e que a partir do curso Preparação de Iniciação ao Trabalho realizado pelo Centro de Integração Empresa Escola puderam sentir-se mais preparado à inserção ao mercado de trabalho. No entanto, a principal dificuldade em inserir os adolescentes à este mercado encontra-se na escolaridade dos mesmos, que apresentam elevada discrepância entre idade escolar e cronológica.

Palavras- Chaves: Adolescente autor de ato infracional, trabalho, mercado de trabalho.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Frequentam a escola. ....	75
Ilustração 2: Já repetiram de ano. ....	76
Ilustração 3: Já trabalharam.....	80
Ilustração 4: Trabalham atualmente. ....	82
Ilustração 5: Já pensou na profissão que quer seguir.....	83
Ilustração 7: O curso ajudou na busca pelo primeiro emprego. ....	86
Ilustração 8: Confiança em conseguir uma vaga no mercado de trabalho .....	88
Ilustração 9: Sentiu dificuldade no curso.....	90
Ilustração 10: Tempo de parceria firmada com o CIEE.....	91
Ilustração 11: De onde surgiu a iniciativa de contratar adolescentes. ....	91
Ilustração 12: A empresa proporciona capacitação.....	93
Ilustração 13: A empresa possui regras. ....	94
Ilustração 14: Escolaridade exigida pelas empresas. ....	95
Ilustração 15:: Exigência em relação a idade.....	96
Ilustração 16: Conhecimentos em informática. ....	97
Ilustração 17: Contraria adolescente com perfil da empresa, mas que cometeu ato infracional.....	99

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 : Idade Cronológica X Idade Escolar..... 76



## SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AFLOV	Associação Florianopolitana de Voluntários
CF	Constituição Federal
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto brasileiro de Geografia e Estatísticas
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PASEP	Programa de Apoio ao Servidor Público
PEA	População Economicamente Ativa
PIS	Programa de Integração Social
PIT	Programa de Iniciação para o Trabalho
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
LA	Liberdade Assistida
SENAC	Sistema Nacional do Comércio
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância.

## **Mensagem**

“ Não é o desafio que nos deparamos que determina quem somos e o que estamos nos tornando, mas a maneira com que respondemos ao desafio. Somos combatentes, idealistas, mas plenamente conscientes.

Porque o ter consciência não nos obriga a ter teoria sobre as coisas, só nos obriga a sermos conscientes.

Problemas para vencer, Liberdade para provar.

E, enquanto acreditamos no nosso sonho, nada é por acaso.”

(Henfil)

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>7</b>
<b>SIGLAS</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1- CONCEITOS E DESAFIOS DO MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>14</b>
1.1 Trabalho e sua configuração através dos tempos no mundo	14
1.2 Panorama do Mercado de Trabalho em Santa Catarina	23
1.3 Histórico dos Atos Trabalhistas no Brasil e Exigências do Mercado Atual de Trabalho	26
<b>CAPÍTULO 2 -ATO INFRACIONAL E MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS</b>	<b>34</b>
2.1 O adolescente autor de ato infracional	34
2.1.1 As medidas sócio-educativas	39
2.2 A inserção do adolescente autor de ato infracional no mercado de trabalho	46
2.2.1 As normas de proteção ao trabalho para adolescentes	48
2.2.2 A parceria do Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e o Centro de Integração Empresa Escola	58
<b>CAPÍTULO 3 -DESCRIÇÃO E ANALISE DA PESQUISA</b>	<b>64</b>
3.1 Procedimentos metodológicos	64
3.1.1 Natureza da pesquisa	65
3.1.2 População/sujeitos	67
3.1.3 Amostragem	68
3.1.4 Trajetória da pesquisa	68
3.1.5 Limites da Pesquisa	73



3.2 Apresentação e Análise da pesquisa Empírica	74
3.2.1 Análise de dados com os adolescentes:	74
3.2.2 Análise de dados com as empresas	91
3.2.3 Análise de dados com os monitores	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>115</b>

## INTRODUÇÃO

Na atual sociedade, a temática trabalho possui expressivo valor na vida de qualquer ser humano. É através do trabalho que o homem adquire conhecimento e dignidade, contudo o desemprego hoje afeta a todos como consequência das modernas sociedades capitalistas, cuja diretriz neoliberal acirra ainda mais as relações de trabalho. Este cenário para o adolescente autor de ato infracional representa um triplo desafio, o de vivenciar a adolescência de forma harmoniosa, de encontrar uma vaga no mercado de trabalho competitivo e exigente e ainda de lidar com os estigmas, que muitos depositam em sua pessoa por estar em conflito com a lei.

Neste espaço de conflitos o Serviço Social, como profissão que trabalha com as expressões das questões sociais, pode encontrar possibilidades de intervenção.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, tem como objetivo geral analisar a relação do adolescente autor de ato infracional e o mercado de trabalho.

O interesse pela pesquisa, surgiu por esta pesquisadora durante estágio realizado no Programa de Medidas Sócio-Educativas da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que firmou parceira junto ao Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), a fim de encaminhar adolescentes autores de ato infracional para que realizassem curso de Preparação para o Trabalho (PIT), e dentro desta perspectiva serem engajados à este mercado.

Com relação a estrutura do trabalho, convém mencionar que o mesmo está organizado em três capítulos. No primeiro, tem-se a base teórica resgatando aspectos referentes ao trabalho e suas transformações. Descreve-se ainda sobre o panorama de mercado de trabalho em Santa Catarina e as exigências do mercado atual de trabalho.

O segundo capítulo discorre sobre o universo do adolescente autor de ato infracional, as medidas sócio-educativas, as legislações referentes ao mercado de trabalho para adolescentes e ao adolescente autor de ato infracional. Além disso, enfatiza-se a parceria estabelecida entre o Centro de Integração Empresa Escola e o Programa de Medidas Sócio-Educativas da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O terceiro capítulo relata a pesquisa realizada com os adolescentes encaminhados ao CIEE para realizarem o curso PIT, com os monitores que ministraram as aulas e com as empresas que possuem parcerias com o CIEE, e ainda, o tipo de metodologia utilizada para a mesma.

Por fim, apresenta-se as conclusões finais deste trabalho, visando responder aos objetivos da pesquisa proposta.



## **CAPÍTULO 1**

### **CONCEITOS E DESAFIOS DO MERCADO DE TRABALHO**

Este capítulo visa inicialmente descrever o conceito de trabalho e as transformações que foram ocorrendo ao longo dos anos. Em seguida, aborda o panorama do mercado de trabalho em Santa Catarina, apresentando importantes dados estatísticos. Por fim, descreve a respeito das exigências do mercado atual de trabalho.

#### **1.1 Trabalho e sua configuração através dos tempos no mundo**

No cotidiano da linguagem, a palavra trabalho tem diversos significados. Muitas vezes, esta palavra vem carregada de emoção, pois lembra dor, tortura, suor no rosto, fadiga. Mas designa também a transformação da matéria natural através do homem e sua ação para sobreviver.

No dicionário Luft (2001), a palavra trabalho aparece em primeiro lugar como significado de aplicação de forças mentais ou físicas na execução de uma obra; fadiga; esforço; ocupação; emprego; obra realizada; empreendimentos; ofício; profissão.

Por trabalho, se entende a atividade racional do homem mediante a modificação de objetos da natureza, de modo a satisfazer suas necessidades. Em todo o seu processo o homem gasta energia física e intelectual, sendo resultado disto a criação de produtos úteis à sua vida.

A palavra trabalho tem sua origem ligada a uma forma antiga de tortura. O termo vem do latim *tripalium*, um instrumento romano de tortura, confeccionado em espécie de tripé, cujas pontas eram de ferro. Este instrumento foi utilizado pelos agricultores na tarefa de baterem o trigo e para rasgar e desfiar as espigas de milho. Mas teve seu maior reconhecimento, como instrumento para punir indivíduos que, ao perderem o direito a

liberdade, eram submetidos ao trabalho forçado. Reúne o elemento " tri" (três) e " palus" (pau) - literalmente, "três paus". Daí derivou-se o verbo *tripaliare*, que significava, inicialmente, torturar alguém no *tripalium*. Pouco a pouco este instrumento foi desaparecendo, no entanto, em todas as línguas este termo se caracteriza como significado de tormento, agonia e sofrimento. A partir do Renascimento (século XIV ao XVI), o vocábulo adquiriu também o sentido atual de "labuta, atividade, exercício profissional". No entanto, o termo jamais perdeu sua primitiva ligação com a dor e o sofrimento.

Na Europa e frente a cultura deste povo, a palavra trabalhar expressa-se de várias formas. Para os gregos tanto refere-se à fabricação ou esforço, já o latim traz a distinção entre *laborare* que refere-se a ação de *labor* e *operare* referindo-se a *opus*, ou seja, a obra.

Todo trabalho então, supõe a tendência para um fim e esforço. Para alguns este esforço é meramente físico, para outros intelectual. Trabalho, neste sentido, possui o significado de esforço para a realização de um objetivo desejado ou planejado.

Convém relatar que no trabalho do ser humano há consciência e intencionalidade, e isto é o que faz a distinção do realizado pelos animais, que fazem por instinto e sem consciência.

A este respeito Albatroz (1989, p. 12) afirma que,

Algo que definitivamente distingue o trabalho humano do esforço dos animais, embora para todos a primeira motivação possa ser sobrevivência, é que no trabalho do homem há liberdade: posso parar de fazer o que estou fazendo, embora seja um servo, embora não me veja reconhecido o direito e greve, e embora eu venha sofrer por causa deste meu gesto. Posso também fazer meu trabalho de muitas maneiras diferentes, se a máquina não o programa e assim como o instinto faz com os outros animais.

Na linguagem diária não se faz muitas distinções na palavra trabalho, ou seja, não diferencia-se muitas vezes ela da atividade humana, dos processos condicionados fisiologicamente e de fluxos mecânicos de movimentos. Na linguagem científica tem-se



sim esta distinção. Em diferentes disciplinas das ciências naturais e sociais a mesma é utilizada, no entanto, muitas vezes é distanciada daqueles significados que parecem transparentes na linguagem comum.

Na física por exemplo, *trabalho* é o nome do produto da força e deslocamento que um corpo em movimento realiza no tempo. Na fisiologia diz respeito ao músculo que realiza atividade, mesmo que não seja um objetivo consciente. Em sociologia, quando fala-se nele, na maioria das vezes, refere-se ao contexto de sua divisão do trabalho social.

De modo geral para Albarnoz (1986, p. 140),

De todos os modos, os estudiosos supõem que a história da palavra trabalho se refere a passagem pré-histórica da cultura da caça e da pesca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio.

O trabalho é sempre visto como meio para obter determinado fim, é na verdade, marca que o homem imprime na natureza em que ele modifica. A propósito, ele pode ser visto sob vários ângulos, o sociológico, o jurídico, o filosófico; mas em geral dá-se mais ênfase ao econômico, como instrumento de produção de bens e serviços.

Todo trabalho, seja qual ele for, não pode ser concebido apenas como fruto de castigo, como sinal de escravidão ou como simples mercadoria, mas sobretudo como meio que o homem se serve para “recriar o mundo” que o cerca.

Marx (apud Catapan 1999, p. 23) já comentava que

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante de seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

O trabalho, em primeiro estágio, passou a existir a partir do momento em que o homem precisou satisfazer suas necessidades e assim garantir sua sobrevivência. Para tanto, utilizou dos recursos naturais que existiam à sua volta, ou seja, a vegetação e a caça. O homem realizava esforços para sua satisfação, necessidade e também do grupo ao qual estava incluso, sendo que a economia que o cercava naquele momento era somente de subsistência, uma vez que não havia excedentes, nem acúmulos de riquezas nas mãos de alguns.

A partir das transformações geográficas e a interferência do clima, chega-se ao estágio da agricultura. Este episódio dá-se a partir do momento em que incêndios destróem a vegetação e expulsam a caça do local, propiciando tempo, depois que as pessoas percebessem que sementes cresciam em meio às cinzas de incêndios. A partir deste momento, surge a percepção de um sistema regular para a limpeza de certas áreas da floresta. Num outro momento, esgota-se a caça e a pesca, com isso o homem busca melhores recursos, contudo, algumas mulheres negam-se a partir e começam a utilizar a natureza, por exemplo cultivando brotos surgidos de cinzas para seus alimentos. É nesta etapa, que nasce a divisão do trabalho: mulheres plantando, homens caçando e aperfeiçoando seus instrumentos.

Junto ao trabalho de plantio cresce a noção de propriedade e do produto excedente, ou seja, o não consumido. Fazia-se intercâmbio de produtos pela necessidade de consumo e não pela procura do mesmo. O que se plantava era usado como alimento para família, a sobra era trocada com os vizinhos. Mas se este possuía domínio sobre um maior território de terra, e se as suas sobras superavam as de toda a vizinhança, as trocas tornavam-se desiguais e geravam novos excedentes, surgindo assim, relações desiguais.

Variando tempo e lugar, país e época, as terras eram cultivadas por escravos, servos ou camponeses, os excedentes eram recebidos por fidalgos (homens ricos) ou por



funcionários de uma monarquia ou de uma potência imperial. Todavia, as relações econômicas eram semelhantes, ou seja, o excedente era consumido para que um aparato militar fosse mantido.

Do trabalho em função da terra se origina a riqueza, surge também o incentivo ao trabalho artesanal, e ao mesmo tempo o comércio passa a funcionar, já que há excedentes tanto na criação de animais como na agricultura. Assim, da troca primitiva passa-se ao comércio mediado por moedas. Na Antigüidade, tem-se notícias de povos extremamente dedicados ao comércio, como os fenícios. Em suma, ao longo dos anos o comércio passa a proporcionar certa fonte de riqueza, que não dependia mais diretamente das propriedades da terra, mesmo que dependesse de forma indireta do excedente agrícola.

Com o uso do dinheiro e com as cidades progredindo, os artesãos passam a abandonar a agricultura e a viver o seu ofício, não apenas visando satisfazer suas necessidades, mas também para atender a demanda existente. O trabalho modifica o cenário e a rotina do agricultor e do artesão, transformando-os em figuras centrais.

À propósito, em relação aos artesãos profissionais, pode-se afirmar que estes eram donos tanto da matéria-prima como das ferramentas utilizadas para trabalhar. As mercadorias, antes feitas apenas para atender as necessidades de casa, passam a ser vendidas num mercado externo, fortalecendo desta forma o comércio na sociedade.

Os comerciantes bem sucedidos empregavam trabalhadores, artesãos, criados domésticos e aos poucos estabelece-se uma hierarquia baseada no dinheiro e um mercado onde os produtos agrícolas podiam ser trocados por este.

Com o passar do tempo, novas técnicas foram sendo desenvolvidas, contribuindo conseqüentemente para a formação de novas estruturas sociais e econômicas. O trabalho perde o seu caráter primitivo e torna-se objeto de realização pessoal.



Com o capital mercantil desenvolvendo-se é estimulada a produção de valores de troca, e a divisão do trabalho, como refere-se Santos (1999, p. 11),

A ampliação do consumo resultou na manufatura que levou o artesão a aumentar a produção e o comerciante a dedica-se a produção industrial. A produtividade aumentou por causa da divisão social isto é, cada trabalhador realizava uma etapa de produção.

A Revolução Industrial, surge no decorrer do século XVIII, em decorrência dos avanços das técnicas de cultivo e da mecanização das fábricas. É habitualmente conhecida como a passagem da economia que antes era agrária e passa a ser industrial. Na literatura, este episódio é referendado como um marco histórico e implicou numa série de alterações da vida no trabalho da população em geral. O trabalho passou a ser configurado pela separação entre capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados. Portanto, o trabalhador passou a viver apenas do que produzia sua força de trabalho.

As fábricas do início da Revolução Industrial não apresentavam o melhor dos ambientes de trabalho, suas condições eram precárias com ambientes de péssima iluminação, abafados e sujos. Os salários recebidos pelos trabalhadores eram muito baixos e chegava-se a empregar crianças e mulheres. Os empregados eram muitas vezes obrigados a trabalhar até 18 horas por dia e estavam sujeitos a castigos físicos dos patrões. Não havia direitos trabalhistas como, por exemplo, férias, décimo terceiro salário, auxílio doença, descanso semanal remunerado ou qualquer outro benefício. Quando desempregados, ficavam sem nenhum tipo de auxílio e passavam por situações de precariedade.

Singer (1993, p. 17) em suas considerações sobre a Revolução Industrial afirmou que

A máquina é mais “produtiva” do que o homem porque supera facilmente os limites físicos do organismo humano [...] O movimento da máquina é muito mais uniforme do que o do corpo humano, para si qual a monotonia aumenta a fadiga. Na produção, em grande escala, de objetos iguais, a máquina é muito superior ao homem. Além disso, ela pode ser acelerada, atingindo velocidades de momento inalcançáveis para o homem.

Ao longo dos anos o capitalismo começa a prosperar, a partir especialmente, do surgimento da máquina e da tecnologia contribuindo para a divisão social do trabalho. Assim o trabalhador passou a viver da única coisa que lhe pertencia, ou seja, sua força de trabalho. Os proprietários de fábricas eram possuidores do capital e portanto detinham hegemonia, assim o proletariado vendia sua força de trabalho, que era transformada em mercadoria, ou seja, a mais-valia. Conforme Singer (1993 p. 57) “ Renda, juro e lucro são apenas diferentes nomes para diferentes partes da mais-valia da mercadoria ou do trabalho não pago encerrado nela e derivam igualmente desta fonte apenas”.

O modo capitalista, tem como sua principal finalidade o acúmulo de capital, ou seja, o indivíduo passa a produzir mais do que necessita para satisfazer suas necessidades, visando vender e adquirir assim novos bens e por conseqüência obtém cada vez mais capital.

Percebe-se que o trabalho em geral sempre fez parte do cotidiano da vida das pessoas. Seja através das organizações de trabalho que passaram por muitas mudanças, fato este percebido com o desenvolvimento da agricultura, seja através do comércio ou do desenvolvimento da tecnologia que acelerou o ritmo de produção, mas que no entanto contribui para a substituição mão-de-obra, que não adaptou-se a este novo episódio.

Todavia, cabe ainda mencionar que ao mesmo tempo em que o processo de trabalho se modernizou, trouxe também reflexos sociais. Percebe-se que com o capitalismo, as pessoas acabam estimuladas a deterem um padrão social, a adquirir bens e a



se fazer reconhecidos na sociedade. E neste sentido, o trabalhador se vê na obrigação de realizar inúmeras funções para manter o orçamento de sua família.

O mercado de trabalho, sem dúvida está passando por muitas transformações em função do avanço da tecnologia, da globalização, da era do conhecimento, da busca de informações e da necessidade de superar a concorrência. Todavia, as conseqüências deste processo são inúmeras.

Sabe-se que as transformações estruturais das sociedades provocadas pela globalização, desafiam as Ciências Sociais a pensar o mundo como uma sociedade sem fronteiras. As condições de soberania, de hegemonia e o papel do Estado estão em reformulação. Deste modo, a globalização vem representada como um desafio, na grandeza em que transforma estruturalmente as sociedades, reunindo-as em uma única e global.

Para compreender melhor este fenômeno faz-se necessário explicar o aspecto da globalização sob a ótica de alguns autores. Na visão de Ianni (1993), globalização é a intensificação das relações sociais em escala mundial, liga as localidades distantes em acontecimentos locais. A globalização tende a ser vista apenas como um processo econômico, sendo, no entanto, uma realidade em formação que interfere em todas as áreas da sociedade. Para Ianni (1993 p.20) "globalização diz respeito a todos os processos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global".

Arruda (2001) entende que a globalização tem seus traços em características competitivas e excludentes. Desta forma, acredita que o caminho certo para lidar com a globalização seria, a partir da diversidade das pessoas, das nações e das diferentes culturas, construir uma globalidade com ênfase na complementaridade de seus componentes. Ou seja, Arruda (2001) acredita em uma transição para um mundo organizado em torno das necessidades do ser humano como o bem estar, a comunicação e a solidariedade com a

natureza e com todos os seres, onde a economia e a mudança social não signifiquem exclusão e empobrecimento de grande parcela da população mundial.

Como características dessa nova sociedade, Castells (1999), destaca que a informação é a matéria-prima e o resultado final, onde o conhecimento é aplicado para gerar mais conhecimento e processar informações. A geração do conhecimento e o processamento da informação tornam-se cada vez mais centralizado. Nesta perspectiva, não somente as sociedades avançadas, mas todas as sociedades são incluídas no processo de transformação estrutural, onde a produtividade e a competitividade baseiam-se cada vez mais no conhecimento e na informação.

A economia mundial vem passando por diversas fases ao longo do século XX e XXI, seja pelos os avanços da tecnologia, pelas crises financeiras e através dos impulsos de protecionismo comercial, que implicaram em modificações frentes aos processos produtivos do trabalho. Não resta dúvida, pois, que este contexto contribui expressivamente para a elevação do desemprego, visto que a maioria das empresas encontraram como solução para flexibilizar uso do capital e do trabalho, a redução de gastos, e isto incluindo a mão-de-obra.

O capitalismo mundial e as novas formas de articulações caracterizadas no final do século XX, seja decorrentes do progresso tecnológico, da existência de modelos econômicos alternativos ou da crescente complexidade das relações internacionais, levaram a economia em direção a uma crescente desordem econômica e social. Fazendo com que houvesse certa desestruturação no mundo do trabalho, e acarretando na precarização deste e no aumento do desemprego.

Convém neste momento, relatar que as mudanças estruturais e tecnológicas passam a refletir de forma significativa no mundo do trabalho. Essas mudanças são chamadas por muitos estudiosos como, Mattoso (1999) e Singer (1998), de Terceira



Revolução Industrial, que mais especificamente consiste na reestruturação produtiva. Isto significa que buscando flexibilização da produção, produtividade, competitividade e tentando compatibilizar as novas exigências de consumo, pela necessidade de uma economia de escala na produção, é que as organizações procuraram adequar o processo produtivo. Sendo feito através de inovações com ênfase na utilização da microeletrônica (informática, automação, robótica), na mudança das relações entre as empresas (terceirização), nas formas de gestão (trabalhar a motivação para que um trabalho bem feito possa ser realizado) e na organização do trabalho (metas em equipe).

Nesse contexto, a competitividade da empresa é o foco central, o que realmente importa, enquanto que os direitos dos trabalhadores são todos subordinados a esse objetivo, surgindo várias estratégias empresariais que visando transferir a concorrência entre capitais para entre trabalhadores de diferentes países, de diferentes regiões de um país, de empresas da mesma região ou de departamentos de uma mesma empresa. Assim, de um lado tem-se o progresso técnico e a adoção de novas tecnologias, que visam o aumento da produtividade e de outro registra-se a presença de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo.

## **1.2 Panorama do Mercado de Trabalho em Santa Catarina**

Segundo pesquisas, no primeiro semestre de 2004 os empregos formais no Estado obtiveram grande êxito, sendo o número maior apresentado dos últimos 3 anos. De janeiro à junho mais de 45.155 vagas com carteira assinada foram abertas, ou seja, 89,1% a mais que em todo o período de 2003. Todavia, estes postos abertos tem salários mais baixos, como indica o Sistema Nacional de Emprego (2004). O levantamento do SINE mostra que, 77,7% dos que ingressaram em empresas começaram com média salarial de até 2 salários mínimos (R\$ 520,00).

Outro dado relevante, refere-se ao fato de que no Estado de Santa Catarina são apenas 2 % os contratados com mais de 5 salários mínimos ( R\$ 1.300,00). Assim, pode-se perceber que tem-se um processo de diminuição de valores pagas para o mercado formal, mesmo com a alta do número de contratações.

Em pesquisa do SINE (2004), evidenciou-se que a maior parte dos empregos oferecidos no primeiro semestre de 2004, não estão exigindo muita qualificação. As três funções que propiciaram o maior número de contratações foram 1.826 vagas para auxiliar de escritório, 1.651 vagas para volantes na agricultura e 8.599 vagas para alimentador de linha de produção.

O técnico do SINE (2004) Osnildo Viera Filho, afirma que “A maior parte dos empregos criados ainda está em setores ligados à exportação. E a redução dos salários acaba por atrapalhar a retomada do mercado interno”. Isto quer dizer, se os salários fossem mais altos o consumo aumentaria e, por consequência, a atividade econômica também.

Para Filho (2004), o desequilíbrio do mercado de trabalho formal é resultado de oferta de pessoas que querem trabalhar para o número de vagas disponíveis. Deste modo, trabalhadores analfabetos ou que cursaram somente até a 4ª série do ensino fundamental são dispensados. A maioria das pessoas que são admitidas para trabalhar, possuem o ensino médio completo e são admitidos para funções que não precisariam de tal pré-requisito.

No ano 2000, o IBGE apontou que em Santa Catarina eram de 275,8 milhões o número de desocupados no Estado, ou seja, 10,3% da População Economicamente Ativa (PEA) de 2,68 milhões de pessoas.

À saber, como o Estado não realiza pesquisa mensal de desemprego, este é o último índice de desemprego disponível do corrente ano. "Como a PEA segue crescendo, a taxa de desemprego também aumenta e será necessário que mantenhamos por vários anos



o ritmo de contratações no nível atual para que o desemprego comece a cair", explica FILHO (2004). Todavia, com o aquecimento da economia, a tendência é que pelo menos parte das pessoas que haviam desistido de procurar emprego voltem a fazê-lo, aumentando a População Economicamente Ativa e, por consequência, fazendo com que a taxa não caia tanto.

Outro dado, que confirma a precarização do trabalho formal em Santa Catarina é a substituição de trabalhadores com remunerações mais elevadas, por outros com renda menor. Este dado pode ser comprovado considerando que, no primeiro semestre de 2004 os contratados recebiam em média R\$ 443,84, valor 10,9% menor do que a média salarial dos demitidos. Um dado interessante é a diferença expressiva nas contratações de pessoas com escolaridade maior. O valor pago aos contratados com grau superior completo em é 24,6% menor do que os demitidos com a mesma formação. Quem concluiu faculdade, foi contratado no primeiro semestre (2004) em Santa Catarina com salário médio de R\$ 1099,46.

Na cidade de Florianópolis, quase todas as categorias de trabalhadores conseguiram reajustes salariais iguais ou acima da inflação no primeiro semestre deste ano. Segundo levantamento divulgado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos), 52 das 55 negociações realizadas no Estado fecharam com saldo positivo para os trabalhadores, o resultado ficou bem acima da média nacional. No Brasil, 79,4% das 262 negociações monitoradas pelo Dieese apontaram percentuais de reajustes iguais ou maiores que a inflação. No ano passado, esse mesmo índice ficou em 41,9%.

O resultado deste ano, aliás, foi o melhor desde que o Dieese passou a publicar a pesquisa, em 1996. "Na prática, quer dizer que o trabalhador está ganhando mais", explica o coordenador-técnico do Dieese em Santa Catarina, José Álvaro Cardoso (2004) e afirma

ainda que "é difícil mensurar quanto será injetado na economia, mas é dinheiro que será gasto no varejo, em bens de primeira necessidade". O melhor desempenho do Estado se explica pelo alto nível de industrialização e pela vocação exportadora de Santa Catarina - segmentos que impulsionam a recuperação econômica.

Pela estimativa do IBGE, a oferta de empregos vem crescendo na região sul. Só em janeiro, o avanço oscilou entre 0,3% e 0,8% em cada um dos três Estados, mas há um importante detalhe que os índices de emprego não costumam destacar. É o fato de que o número de postos de trabalho não tem aumentado o suficiente para acompanhar o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, há cada vez mais pessoas excedentes no mercado de trabalho, embora os índices revelem o contrário.

O motivo segundo Pochmann (2000), é que ao serem demitidas, muitas pessoas simplesmente não estão mais procurando emprego. Ao todo, estima Pochmann, cerca de 1 milhão de pessoas desistiram de trabalhar em 2001, após perderem o emprego. Como o IBGE não considera desempregadas as pessoas que não estão em busca de trabalho, o excedente não aparece nos índices oficiais de desemprego. Prova disso é que, na prática, o desemprego continua sendo uma das principais preocupações do brasileiro.

### **1.3 Histórico dos Atos Trabalhistas no Brasil e Exigências do Mercado Atual de Trabalho**

Entre 1930 e 1980, o trabalho assalariado expandiu-se, principalmente o trabalho com carteira assinada. Historicamente, sabe-se que este período é caracterizado por grandes avanços direcionados ao trabalho, mas também por momentos de repressão, de ditadura e de injustiças sociais.

Entre 1930 e 1937, o Brasil passou por um governo provisório, chefiado por Getúlio Vargas. Nos primeiros meses deste governo, diversos grupos políticos "lutavam" para a indicação de interventores à nomeação para Presidente da República. Neste governo



ocorreu a Revolução Constitucionalista de 1932, desencadeada em São Paulo, que perdurou por três meses numa correlação de forças “rebeldes” e forças legalistas. Esta Revolução alertou o Governo de que era preciso dar um basta ao caráter revolucionário do regime. Em maio de 1933 ocorre as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte que iria preparar a Constituição Federal de 1934, em substituição a de 1891.

De novembro de 1933 à julho de 1934 foram meses de articulação e disputa entre governos e de grupos que compunham a Constituinte. Para o governo, era momento de organizar o país social, econômica e politicamente, para a Igreja Católica era o momento de afirmação e de mais atenção na política do país, para as oligarquias configurou-se como o momento de assegurar junto aos estados um papel relevante.

A Revolução de 1930 impôs a necessidade de uma nova política social no país. A criação do Ministério do Trabalho, indicava que Getúlio Vargas iria alterar os rumos da política trabalhista, previdenciária e sindical. Com eleição indireta de Getúlio Vargas para Presidente da República, pela Assembléia Nacional Constituinte, em 17 de julho de 1934, os movimentos sociais tornaram-se fortes, manifestações e greves foram se radicalizando, o Poder Legislativo abria mão de suas prerrogativas, enquanto o executivo tornava-se cada vez mais forte.

Este processo culminou em 10 de novembro de 1937, com o Golpe do Estado Novo dado por Getúlio Vargas, que implantou no país um regime ditatorial (1937 a 1945), tendo à apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares.

Neste período, Getúlio Vargas levou adiante e sistematizou, à sua maneira, a política no começo da década de 1930. Retiraram-se de cena as forças político-sociais, que nos anos que antecederam o golpe de 1937 lutavam no Congresso e nos sindicatos contra a tutela do Ministério do Trabalho e seu projeto de unidade sindical. Novas leis foram editadas, fortaleceu-se enfim o Ministério do Trabalho, que com o decorrer do tempo, se

transformou em um órgão político estratégico para a construção da imagem de Vargas como o "pai dos pobres", amigo e protetor dos trabalhadores.

A Constituição de 1937, fixou as diretrizes da política social e trabalhista que seria implementada no Estado Novo. Foram confirmados direitos trabalhistas já fixados na Constituição de 1934, como salário mínimo, férias anuais e descanso semanal, e foi também mantida a Justiça do Trabalho, encarregada de dirigir conflitos entre empregados e empregadores. Mas houve uma alteração importante, o princípio da unidade sindical foi restabelecido, e apenas os sindicatos legalizados poderiam defender os direitos da categoria que representavam perante o Estado.

O salário mínimo foi regulamentado em abril de 1938, devendo corresponder às necessidades básicas de um trabalhador. O governo tratou de dar garantias de sobrevivência aos sindicatos, através da instituição de uma contribuição sindical compulsória - o imposto sindical, criado em 1940, correspondente a um dia de salário, pago ao sindicato por trabalhadores sindicalizados ou não. Outra regulamentação importante, feita durante o Estado Novo foi a da Justiça do Trabalho, finalmente inaugurada em 1º de maio de 1941.

O novo formato da legislação social brasileira acabaria por ser ordenado e sistematizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em junho de 1943. A CLT iria reger por muito tempo as relações de trabalho no país. O primeiro emprego na vida de muitos jovens representa uma decisão sobre sua trajetória futura no mercado de trabalho. Assim, se as condições de ingresso do jovem for favorável a ele, melhor será sua evolução diante sua profissão. Contudo, a inserção do jovem neste mercado de forma antecipada, pode vir a ser um ponto adverso para seu desempenho isto porque, em alguns casos, poderá incidir em prejuízos no desempenho escolar e até mesmo em repetências e/ou desistências escolares.



Atualmente, percebe-se que é comum os jovens entrarem no mercado informal de trabalho antes dos 15 anos de idade, principalmente nas camadas mais pobres da população. Muitos destes jovens não conseguem concluir os cursos educacionais e, assim, passam a estudar em cursos supletivos e trabalhar, uma vez que a educação se configura como condição de preparo para a vida de forma seqüencial.

Para tanto já afirma Pochmann (2000, p. 27),

[...] A educação tende a ser cada vez mais associada ao requisito necessário de inserir efetivamente o jovem na sociedade. Sem isso, o gueto, a marginalização e a exclusão transformam-se nos marcos do novo século.

Muitos dos problemas enfrentados pelos jovens no mercado atual de trabalho, decorre das transformações ocorridas na economia brasileira nos anos 1990. Como coloca Pochmann (2000 p. 33 ),

[...] é importante que se retorne ao ano de 1990, quando a implantação das bases de um novo modelo econômico, caracterizado pela inserção externa e competitiva, terminou rompendo com o movimento interno de estruturação do mercado de trabalho.

Nos anos de 1980 e a partir de 1990, o Brasil regrediu de certa forma na contratação de mão-de-obra, decorrência do novo modelo econômico caracterizado pela inserção externa e competitiva, ou seja, a abertura da economia aos produtos importados, que prejudicou alguns setores da indústria nacional (calçados, tecidos, brinquedos e autopeças), somando-se a isso a perda da capacidade de investimento e de geração de empregos, pois nessa década muitas empresas estatais foram privatizadas. As empresas nacionais tiveram que aumentar sua produtividade e, competir com os produtos importados, o que terminou rompendo com o movimento interno de estruturação do mercado de trabalho. Assim, o

desemprego combinado com a perda de participação relativa do emprego assalariado, fez com que surgisse um cenário desfavorável para toda a população ativa, mas principalmente aos segmentos mais frágeis, como as mulheres, os idosos e os jovens.

Na década de 1990, as ocupações autônomas (ou seja os não assalariados) tiveram aumento significativo, e mesmo assim foram insuficientes para assegurar a garantia do atendimento aos jovens, que ingressam no mercado de trabalho a cada ano. Percebe-se, que os postos de trabalho autônomos são cercados por instabilidade, altas jornadas de trabalho, grande rotatividade, baixos rendimentos e, ainda, a ausência de proteção social e trabalhista.

O processo de ingresso do jovem no mercado de trabalho apresenta-se de forma especial, pois é acompanhando historicamente pela evolução das economias de mercado e geralmente é alternado entre a procura por um trabalho até a passagem por diferentes estágios, quando passa-se atingir a maturidade. Isto significa que muitas vezes o mercado de trabalho para os jovens é rodeado por instabilidades, e pode se caracterizar por meio de relações mais precárias que as dos adultos.

A dinâmica do mercado de trabalho para o jovem, contribui para diferenciar as características específicas deste. Assim, a procura pela mão-de-obra juvenil faz com que muitas vezes o empregador mercantil estabeleça condições específicas e regras institucionais, portanto investem nos contratos de formação profissional, de aprendizagem, entre outros. No setor público, a contratação do jovem é pautada em critérios básicos como faixa etária, concursos públicos, o que minora o grau de diferenciação na ocorrência interna do mercado de trabalho.

Em suma, a qualificação profissional que cada jovem possui vai determinar o seu potencial, e por consequência seu ingresso no mercado de trabalho, mediante a oferta de emprego das organizações e o número de candidatos ao cargo.



O diploma e a conclusão de diferentes cursos de capacitação profissional podem contribuir para a inserção ou não neste mercado. Muitas vezes, podem assumir a passagem para a longevidade de uma vida profissional. Todavia, isto ocorre para jovens que tem uma vida de comprometimento com a educação.

O jovem ao longo de sua carreira profissional assume diferentes posições de ocupação, bem como remunerações distintas. É certo de que a escolaridade básica é cada vez mais necessária para a inserção no mercado de trabalho. Para aqueles jovens que possuem este requisito cumprido, só é possível ingressar acima dos 15 anos de idade, quando já pôde ter completado o ensino básico, desde que regido pelas características da Lei nº 10.097/2000, ou seja a Lei de Aprendizagem.

O emprego dos jovens para muitas empresas tem sido, não apenas uma forma de renovar a qualificação dos empregados, mas também como uma forma de adequar a estrutura etária dos trabalhadores. Com certa formação especializada, o jovem passa a obter experiência e formação profissional adicionada, e sendo assim é comum que as próprias empresas financiem treinamentos e qualificação para seus empregados.

Atualmente, devido a existência de mão-de-obra excedente para grande parte das vagas existentes no mercado de trabalho, o empregador pode selecionar e “discriminar” o uso da mão-de-obra, o que permite contratar pessoas qualificadas, acima da medida que o posto de trabalho exigiria. E nestes casos, tem-se a substituição de trabalhador com menor escolaridade por outro que possui um nível educacional melhor.

Pochamnn (2000, p. 59) afirma que

Em geral, observa-se no Brasil a substituição de trabalhadores com menos escolaridade por outro com maior nível educacional. A expulsão do trabalhador de baixa escolaridade não se deve necessariamente ao novo conteúdo de trabalho, mas a possibilidade de contratar pessoas mais qualificadas, mantendo ou até diminuindo o salário anteriormente pago.

As empresas atualmente preocupam-se mais com as pessoas a quem empregam, e neste sentido, o trabalhador precisa estar munido de algumas habilidades, em função das exigências do mercado, como ser criativo, ser autônomo nas decisões, possuir familiarização com a informática, ter iniciativa, espírito de equipe, flexibilidade entre outras. As exigências ao trabalhador aumentaram, considerando que o mercado vem passando por constantes transformações e torna-se cada vez mais seletivo.

As mudanças em diversos campos, como o da informática por exemplo, faz muitas vezes com que o processo seletivo seja mais rigoroso. Para atingir os atuais níveis de exigência, o trabalhador precisa estar qualificado e especializado para realizar determinados trabalhos, requerendo do mesmo conhecimentos específicos e de acordo com a realidade.

É cada vez mais presente nas organizações, a exigência por um novo tipo de trabalhador, que absorva idéias de forma mais elaborada e intelectualizada. As empresas parecem não mais necessitar de profissionais estritamente técnicos, mas de pessoas voltadas para processos de interpretação, elaboração e transformação. E em lugar de uma especialização rígida, busca-se raciocínio lógico, capacidade de adaptação, de aprendizado, de comunicação, de tomada de decisão, de avaliação dos resultados e de identificação e solução de problemas.

Entretanto, para obter esse novo tipo de trabalhador, as empresas não podem depender exclusivamente da oferta do mercado de trabalho. As organizações têm a possibilidade de formar internamente os profissionais com o perfil ideal, preparando-os para lidar com as mudanças intrínsecas ao novo processo produtivo. Através de treinamento atualizado, os funcionários tornam-se mais adaptáveis às mudanças, criando condições para sua permanência na empresa.



A necessidade de repensar a gestão de pessoas nas empresas de todo o mundo e as questões do novo tipo de trabalhador, impõem como desafios aos pesquisadores organizacionais e aos gerentes, uma atitude reflexiva urgente sobre mudanças e a possibilidade de adequação ao novo contexto.

Diante das mudanças na estrutura das empresas, da necessidade de novas habilidades para os empregados e da procura por maior flexibilidade, é que surge as dificuldades para aqueles que não possuem mínima escolaridade, e que portanto não conseguem compartilhar e usufruir os avanços que vêm ocorrendo em todo o mundo e no Brasil.

O desemprego surgido pelas combinações de novas tecnologias tem tornado os trabalhos precários, a instabilidade se instaura, considerando que os homens são substituídos por máquinas, que não adoecem, que não sentem cansaço e tão pouco se queixam do excesso de trabalho. Em função do exposto, muitas vezes os trabalhadores se submetem às atuais exigências para não perderem seus postos de trabalho, e assim, se vêem diante de ter que aceitar a redução de benefícios, do que perder seu emprego.

Enfim, o mundo passa por transformações tão rápidas, que a cada dia se amanhece em um planeta diferente daquele em que se adormeceu na noite anterior, e portanto, é preciso novas variáveis na busca da realização profissional e da própria inserção no mercado de trabalho.

Finalizando este capítulo, na seqüência descreve-se respeito do ato infracional e das medidas sócio-educativas.

## **CAPÍTULO 2**

### **ATO INFRACIONAL E MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS**

O capítulo que se inicia, tem por objetivo explanar sobre o adolescente autor de ato infracional e as medidas sócio-educativas. E neste sentido, aborda primeiramente as referidas temáticas, sendo que na sequência contextualiza a inserção do adolescente autor de ato infracional no mercado de trabalho e as normas de proteção ao trabalho para adolescentes. Além disso, discorre sobre a parceria estabelecida entre o Programa de Medidas Sócio-Educativas da Prefeitura Municipal de Florianópolis e o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola).

#### **2.1 O adolescente autor de ato infracional**

Ao se reportar à temática adolescente autor de ato infracional, faz-se necessário inicialmente retratar o conceito de adolescência e apresentar suas características. Sabe-se de antemão que a adolescência é a passagem da vida de criança para a vida adulta, e que nesta fase surgem muitas dúvidas, curiosidades, inquietações e mudanças nos mais diferentes aspectos.

Zagury (1996, p.24) caracteriza a adolescência da seguinte forma

A adolescência caracteriza-se por ser uma fase de transição entre a infância e a juventude. É uma etapa extremamente importante do desenvolvimento, com características muito próprias, que levará a criança a tornar-se um ser adulto, acrescida da capacidade de reprodução. As mudanças corporais que ocorrem nesta fase são universais, com algumas variações, enquanto as psicológicas e de relações variam de cultura para cultura, de grupo para grupo e até entre indivíduos de um mesmo grupo.

Quando a palavra adolescência é mencionada, logo vem em mente o sentido de “transformação”. Alguns autores traçam estas transformações como corporais, ou seja, a



puberdade, acentuada através do rápido crescimento, do surgimento dos pêlos pubianos, das mudanças de voz nos meninos, e de seios nas meninas. Outros autores fixam mudanças no comportamento como a rebeldia, o isolamento, o apego a determinados grupos, novas formas de se vestir, de falar e de se relacionar.

Deste modo Becker (1997, p.14) afirma

Então, um belo dia, a lagarta inicia a construção de seu casulo. Este ser que vivia em contato íntimo com a natureza e a vida exterior, se fecha dentro de uma “casca” dentro de si mesmo. E dá início a transformação que levará a um outro ser, mais livre, mais bonito (segundo algumas estéticas) e dotados de asas que lhe permitirão voar. Se a lagarta pensa e sente, também o seu pensamento e o seu sentimento se transformarão. Serão agora o pensar e o sentir de uma borboleta. Ela vai ter um outro corpo, outro astral, outro tipo de relação com o mundo.

O período da adolescência é marcado por variados fatores. No entanto, um dos mais importantes é consciência de um novo espaço no mundo, isto é uma nova realidade que produz determinadas confusões de consciência. Todavia, é o que caracteriza a formação dos adolescentes na reestruturação da personalidade.

Para Erickson (1972, p.21),

Em termos psicológicos, a formação de identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis de funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com o demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele.

Neste sentido, a construção da identidade é pessoal e social, acontece de forma interativa na base de trocas entre indivíduo e o meio do qual esta inserido. Esta crise e confusão de identidade fará com que o adolescente busque suas identificações, e com o passar do tempo algumas atitudes são internalizadas, outras não. Algumas são construídas

e o adolescente lentamente percebe-se portador de uma identidade que, sem dúvida foi social e pessoalmente construída.

A partir da conceituação até o momento descrita sobre adolescência, busca-se na sequência discorrer sobre o adolescente autor de ato infracional.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) consideram o jovem inimputável até 18 anos incompletos, o que não significa deixar o autor de ato infracional isento de consequências e responsabilidades, mas submetê-lo à normas da legislação especial estabelecendo medidas próprias de aplicação configuradas como medidas sócio-educativas. Estas medidas são aplicáveis aos adolescente com idade entre 12 e 18 anos incompletos que cometem ato infracional. Portanto, não é adequado tratar o adolescente como vítima do fato e sim como autor (sob aspecto jurídico), pois assim será processado com uma série de garantias (de defesa técnica e outras), utilizando toda qualidade destas defesas.

O Ato Infracional segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (art 103) é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, e segundo o dicionário Luft (2001), crime é violação culpável da lei penal, delito; contravenção penal é ato ilícito menos importante que o crime, no entanto, acarreta ao seu autor pena de multa ou prisão simples.

Atualmente, a sociedade está marcada de forma extremamente agressiva, seja pelo extremo grau de violência ocorridos em assaltos, roubos, seqüestros ou ainda no tráficos de entorpecentes.

Neste contexto muitas pratica de violência atribuíem-se à população infanto-juvenil, pois a mídia encarrega-se de difundir esta idéia dando rótulos de “marginais”, “trombadinhas”, “delinqüentes” e “menores infratores”. Na realidade, todo o tempo o que tenta-se encontrar é um “responsável” para uma questão, que na essência é consequência dada de uma série de fatores da criminalidade como um todo. Isto é, numa sociedade



capitalista e excludente, com tanta diferenciação entre as classes sociais, com muitas pessoas privadas de tudo, de identidade à comida, evidencia-se o porque de tantos crimes contra o patrimônio. Esta colocação de forma alguma tem a intenção de defender a pobreza como causa única da criminalidade, mas sim registrar que ela conduz a negação de muitos diretos como escola, saúde, família, profissionalização etc.

A Constituição Federal de 1988 traz o princípio da proteção integral quando em seu artigo 227 determina que, à criança e o adolescente sejam assegurados uma série de direitos com absoluta prioridade. É importante lembrar que ela não relata em nenhum momento alguma exceção, ou seja, que os autores infracionais devem estar excluídos de tal proteção, tanto que o artigo 228 expõe com clareza sobre a inimputabilidade com menos menores de 18 anos.

O drama de milhões de crianças e jovens privados de seus direitos de infância e juventude, é a expressão óbvia de que a organização econômica, política e social está organizada de forma trágica, fato este percebido pela desigualdade de renda, de justiça e de cidadania.

A violência não aparece somente como forma de crime (homicídio, assalto, tráfico), mesmo esta sendo a face mais descarada. No entanto aparece também e está articulada com a produção da injustiça social como por exemplo o não direito ao trabalho, ao salário justo, lazer, educação formal etc.

Há muitos profissionais atuantes na área de adolescentes autores de ato infracional, que manifestam-se de modo preconceituoso. Todavia, de forma positiva há alguns que ainda buscam a caracterização a partir do que eles são, isto é, adolescentes. Desta maneira, o ato infracional é visto como uma circunstância de vida que pode ser modificada. Para tanto, evidencia Veronese (2001, p. 35) quando contempla que “O

adolescente autor de ato infracional não é o mesmo que adolescente infrator, pois isto implica que a ação de um momento, o rotularia para o resto da vida” .

Qualquer idéia que tem-se a respeito de adolescentes autores de ato infracional, deverá ser construída com certo ordenamento das palavras, visto que em primeiro lugar antes de tudo são adolescentes. Transitam por uma etapa de vida, da qual deve-se reconhecê-lo como alguém em condição de desenvolvimento, portanto, não devem ser caracterizados como adultos. Em segundo lugar, estão em conflito buscando definição de uma identidade, de padrões éticos e morais. Estão muitas vezes em conflitos com a escola, com a família, enfim com o mundo, e nesta fase estão mais propensos à influências do meio onde vivem.

Todos os adolescente passam por estes conflitos, porém alguns passam por este período rodeados por intensas dificuldades e desafios, que além de gerar conflitos consigo, podem ocasionar e levá-los ao conflito com a lei.

Convém mencionar, que aos adolescentes que praticam ato infracional poderão ser aplicadas as medidas sócio-educativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente que são: advertência, obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional.

Além destas, poderão ser aplicadas as medidas de proteção previstas no artigo 101, incisos I a VI do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja

encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; e inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.



Após esta explanação, torna-se imprescindível refletir sobre algumas questões que permeiam as medidas sócio-educativas, tais como: Desde quando as medidas sócio-educativas existem? Como elas funcionam ?

Abaixo pretende-se responder os questionamentos com maior propriedade.

### **2.1.1 As medidas sócio-educativas**

Até o início do século XX não havia legislação específica sobre a criança e o adolescente. Somente com o 1º Código Penal (1890) é que tem-se referências à crianças e adolescentes, ficando determinado no referido documento a inimputabilidade dos até de 9 anos completos.

Através de debates sobre mudanças na legislação de vários países, juristas brasileiros concluem, que deve ser criado para crianças e adolescentes um direito onde a educação possa substituir a punição, com um regime pedagógico e não penitenciário. Portanto, devem ser retiradas do Código Penal.

O primeiro Juiz de Menores, Mello Matos, assinala uma mudança na concepção de assistência presente em vários países e assimilada no Brasil. E neste sentido, a idéia de assistência como “virtude privada” exercida por religiosos leigos e o Estado, sem obrigação de assistir os pobres é substituída pelo entendimento, que a assistência pública e a beneficência privada deveriam se complementar. Assim, além de abranger doentes, deficientes, incluiria também “os menores abandonados materialmente e moralmente e os jovens delinqüentes”.

Neste contexto surge o Código de Menores de 1927, que consolida as leis de assistência e proteção aos menores de 18 anos “abandonados” ou “delinqüentes”.

Segundo Skolnick ( 1994) o Código de 1927 estabelecia que



- menor de 14 anos, autor de ato infração penal, não tem processo penal, dependendo da gravidade do delito tem uma “punição”, o abrigo (as colônias agrícolas);
- maior de 14 anos tem sanções penais estabelecidos pelo Juiz. Os menores de 14 a 18 anos serão recolhidos para cumprimento da pena, a prisões independentes das dos condenados adultos. Esta orientação permanecia até construírem “escolas de reforma<sup>1</sup>”, onde seriam cumpridas as “penas educadoras<sup>2</sup>”;
- É atenuante no julgamento do delito, a idade de 18 a 21 anos;

Neste Código, constam como medidas educativas disciplinares para “delinqüentes”: o internamento, o perdão judiciário (associado a advertência) e a Liberdade Viguada.

A Liberdade Viguada surge no século XIX nos Estados Unidos, no sistema penal de adultos, é exercida pelos funcionários especiais designados pelo Juiz. É assimilada na Europa, sendo que, na França recebe designação de educação viguada em sua incorporação do Código de Menores. É traço característico, que a pessoa encarregada de proteger e assistir o “menor” servindo-lhe de guia e conselheiro, seja de confiança do Juiz e designado especialmente para esta função, tendo todos os direitos de um agente de polícia.

O Código de Menores de 1927 no artigo 92 afirma

A Liberdade Viguada consiste em ficar o menor em companhia e sob responsabilidade dos pais, tutor ou guarda, ou aos cuidados de um patronato, e sob vigilância do Juiz que determinará o responsável para o acompanhamento, e o tempo da medida que não excederá a um ano.

Até os anos 30 predominava a participação de setores não-governamentais na atenção jurídico-social de crianças das camadas populares, sendo financiada por recursos próprios ou repassados através do poder público. Mas, a demanda era sempre maior que a oferta, já que a medida considerada mais correta neste período era de internação.

<sup>1</sup> Destinada a recolher os menores desprovidos de qualquer orientação de vida: menores reincidente considerados “rebeldes pelos próprios pais”.

<sup>2</sup> A “criminalidade” resolvida através da prevenção. Ver sobre o tema em <http://www.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=5300>

Pela falta de clareza entre a idéia de criança e “menor”, decorre as práticas de atendimento, o que resultou na criação de novas instituições. Assim, destaca-se a ação do Estado por meio do Serviço de Atenção ao Menor (SAM), que foi criado em 1941 com uma proposta de política pública, com caráter mais social, ou seja, preventivo, assistencial e regenerador do que estritamente punitivo.

Em 1940, o Código Penal limita responsabilidade penal em 18 anos, deixando o procedimento dos menores a uma legislação especial, a sindicância sem procedimentos rígidos, pois o principal era apurar as razões da delinquência e seu tratamento.

Mas nos anos de 1960 dá-se a necessidade de revisão das concepções e práticas, exigindo-se a qualificação técnica e especializada no cuidado com crianças e adolescentes. Deste modo, em 1964 cria-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), com uma política de centralização e uniformização do atendimento para empobrecidos, carentes, abandonados e autores de ato infracional. Este sistema de atendimento não trouxe respostas às exigências, pois insistiu os princípios de padronização e massificação nos atendimentos.

Na tentativa de prevenir a vadiagem e a delinquência, o Estado tenta como alternativa para os pobres, a implementação de planos para a integração da infância e adolescência na família e na comunidade, mas não alcança resultados satisfatórios e não supera as práticas já existentes. Desta forma, atualiza-se o Código de Menores de 1927, e nasce o Novo Código de Menores Lei nº 6.697 de 19/10/1979. O Novo Código não considera a distinção entre abandonados e infratores. Estão todos em situação irregular, os carentes (economicamente), os abandonados, os vitimizados, os que estão em perigo moral, os órfãos, aqueles com desvios de conduta e os autores de ato infracional.

Neste Código o termo Liberdade Vigia é substituído por Liberdade Assistida, tendo como intuito, auxiliar, assistir o “menor” e também vigiá-lo.



Chega-se a década de 80 e nela setores da sociedade civil, dos Poderes Públicos, ONG's entre outros se mobilizaram em torno das graves questões da infância e juventude, revelando um trabalho de compromisso político com a cidadania que se concretizou na Lei 8.069 de 13/07/1990, ou seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, o termo para procedimentos denominado *sindicância* foi abolido, e foram introduzidas garantias processuais como os devidos processos legais, e ao Juiz e ao Ministério Público foram atribuídas funções definidas, são elas:

- Só o Juiz pode ordenar a medida privativa de liberdade, o que exige decisão fundamentada, ou seja, provas suficientes de autoria e a materialidade da infração (art. 106);
- A comunicação imediata à autoridade judiciária de apreensão do adolescente (art. 107);
- A ausência de constrangimento (art. 109);
- Defesa técnica por advogado (art. 11, III).

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz consigo algumas tarefas que se podem atribuir a autoria do ato infracional, chamadas de medidas sócio-educativas. Assim, se do ato infracional resulta então a obrigação de cumprir certas medidas, pode-se considerar que o adolescente é, portanto, responsável pelo que faz. A respeito do exposto Gonçalves (1994, p. 3 ) contribui

Quem pratica um ato, ou incorre numa omissão de que resulte dano, deve suportar as conseqüências do seu procedimento. Trata-se de uma regra elementar de equilíbrio social, na qual se resume, em verdade, o problema da responsabilidade. Vê-se, portanto que a responsabilidade é um fenômeno social.

As medidas sócio-educativas são expressas segundo os artigos do Título III, capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente. Destaca-se o que menciona a seção I, que enumera e caracteriza tais medidas.

**Art. 112.** Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

**Art. 113.** Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100.

**Art. 114.** A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

**Parágrafo único.** A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

A partir deste momento descreve-se cada uma das medidas sócio-educativas, bem como suas características.

### **Art. 115 - Advertência**

Esta medida é o aviso feito verbalmente, munida de aspectos informativos e formativo. É aplicada pelo Juiz da Infância e Juventude, ao adolescente autor de ato infracional. É proferida na presença dos pais ou responsável, para que tenha-se seriedade frente este procedimento, bem como para que o adolescente não volte a cometer outro ato infracional.

É a mais branda de todas as medidas não privativas de liberdade, e deve ser encerrada com termo e assinada por ambas partes.



**Art. 116 - Obrigação de Reparar o Dano**

Esta medida pretende a restituição de um dano causado a alguém pelo adolescente, ou seja, é uma medida coercitiva que oportuniza o adolescente a reconhecer o erro e repará-lo. Todavia, ela pode ser substituída por outra medida mais adequada, na impossibilidade de cumpri-la.

**Art. 117 - Prestação de Serviços à Comunidade**

Os serviços referentes à Prestação de Serviços à Comunidade devem ser distribuídos conforme as aptidões do adolescente. É uma medida também de cunho educativo, sendo que na maioria das vezes o adolescente é encaminhado para cumpri-la em sua própria comunidade, o que visa oportunizá-lo à experiências referentes a valores e compromissos sociais.

A aplicação da medida compete ao juiz, mas sua operacionalização pode ser feita por programas de atendimento governamentais e não-governamentais.

**Art. 118 - Liberdade Assistida**

A Liberdade Assistida “limita” a liberdade do adolescente pela necessidade de acompanhar a vida social deste, seja na escola, no trabalho e na família. A Liberdade Assistida visa acompanhar o adolescente e garantir-lhe os aspectos de inserção em sua comunidade. Da mesma forma visa manter os vínculos familiares e sociais, bem como sua inserção no mercado de trabalho.

O acompanhamento em Liberdade Assistida será realizado por um orientador, que terá funções como se fosse um novo membro da família. O orientador passa a ser alguém de referência para o adolescente, acompanhando-o e visando sua reintegração social.

### **Art. 120 - Regime de Semi-liberdade**

O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas,

No regime de semi-liberdade o adolescente durante o dia tem liberdade para realização de tarefas e atividades externas, como freqüentar a escola e trabalhar, mas durante a noite recolhe-se a um estabelecimento. É sobretudo, uma medida institucionalizante, sendo que muitas vezes a mesma é utilizada como meio de transição entre internação e Liberdade Assistida.

### **Art. 121- Internação**

A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O Estado deverá zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança (art. 125).

Na medida de internação, como o próprio nome já coloca, o adolescente fica privado de liberdade, devendo ser cumprida em entidade exclusiva para adolescente.

É destinada à adolescentes que cometem atos infracionais considerados graves, mas também é direcionada àqueles que descumpriram uma medida sócio-educativa anteriormente imposta.

Todas estas medidas citadas devem obedecer a alguns princípios referentes à sua aplicação, devem ser de determinação de representante do Ministério Público ou do Poder Judiciário, observado o direito a defesa; deve ser considerada a natureza do ato infracional, bem como as circunstâncias sócio-familiares e de personalidade; deve-se dar possibilidade em combinar medidas sócio-educativas com as de proteção, levando-se



sempre e conta a socialização do adolescente; e enfim respeitar a condição de pessoa em desenvolvimento.

## **2.2 A inserção do adolescente autor de ato infracional no mercado de trabalho**

A partir da Constituição Federal de 1988, a visão assistencialista presente nos Códigos de Menores de 1927 e de 1979 é deixada pra trás, visto que esta legislação considera aspectos ligados ao atendimento de crianças e adolescentes carentes ou infratores, estabelecendo política de assistência social ou de repressão em entidades correcionais. Como exemplo dos efeitos da doutrina da proteção integral e da quebra com a ideologia anterior a 1988, ocorrem consideráveis inovações em relação a cidadania. Uma delas, é o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente em relação a participação e a discussão sobre o currículo escolar e entidades de implementação de política estudantil, contidos no artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

São poucas as iniciativas no Brasil, no que tange ao encaminhamento de adolescentes autores de ato infracional ao mercado de trabalho. Tem-se conhecimento de alguns Estados que vêm tomando iniciativas sobre esta questão. Um deles é o Estado do Acre, onde o Ministério Público no ano de 2000 criou o projeto Crescendo Juntos, que tem como intuito encaminhar adolescente autores de ato infracional para cursos de formação, prestando desta forma acompanhamento sócio-educativo e visando como principal objetivo a redução da reincidência. Para tal projeto, o Ministério Público procurou estabelecer parcerias junto a Sociedade Civil. Os adolescentes são selecionados através de Boletim de Ocorrência, encaminhados pela Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente, e levam em consideração o endereço, a escolaridade e a idade do adolescente.

O Estado do Rio de Janeiro também vem trabalhando nesta área, sendo que em outubro do corrente ano firmou parceria junto ao Governo Federal, criando um novo modelo de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, que cumpre medidas de

privação de Liberdade, Semi-Liberdade e Liberdade Assistida. O Programa foi denominado Trilha do Futuro e visa garantir a formação profissional destes adolescentes. Há um trabalho de desenvolvimento da cidadania e da auto-estima, capacitando os adolescentes para serem pessoas mais criativas e ativas, além de ensinar-lhes habilidades técnicas. O programa é uma parceria da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio de Janeiro (Senac-Rio) e Secretaria de Estado de Infância e Adolescência (SEIJ). Os adolescentes em Liberdade Assistida que possuírem mais de 16 anos e obtiverem aprovação nos cursos oferecidos, serão encaminhados às Comissões Municipais de Trabalho e Renda, e poderão fazer estágios de vivência nas dependências do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (Degase).

A duração do Programa é de seis meses e terá avaliação da Secretaria de Direitos Humanos. Se os objetivos forem alcançados, terá possibilidades de ser implantado em todo o país.

Sobre a relação de encaminhar adolescentes autores de ato infracional tem-se a colocar, que o Estatuto da Criança do Adolescente já preconiza sobre o direito do adolescente sobre privação de liberdade, receber escolarização e profissionalização nas unidades de atendimento, ao qual está internado (art.124, XI). Deste modo, a sociedade deve estar engajada, e aberta a propostas no que tange a integração ou reintegração de adolescentes autores de ato infracional.

A respeito desta discussão aponta Moraes (1995, p. 41),

[...]é necessário reconhecer-se a maioria da sociedade e sua capacidade de criar instrumentos próprios de autodefesa, independente do regulamentarismo estatal, tornando-se, assim, indispensável a criação de atividade regular remunerada para os adolescentes, com finalidade pedagógica e sem o seu ingresso no mercado de trabalho. Essa medida, no entanto, não pode significar fraude à legislação trabalhista, mas sim meio de educação de nossa juventude.



Ainda que o artigo 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente preveja sobre a profissionalização ao adolescente em cumprimento de medidas socio-educativas, esta prática hoje quase inexistente.

Por certo, deveria ocorrer um trabalho de articulação das políticas públicas de modo a proporcionar à este adolescente, o pleno exercício de sua cidadania, permitindo fazer parte de sua vida o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, conforme assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º.

É importante observar ainda que o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, cita que a criança e/ou adolescente devem estar salvo de qualquer tipo discriminação, e isto inclui os adolescentes que cometeram ato infracional, o que deve-se levar em conta é a condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento (art. 6º ECA).

### **2.2.1 As normas de proteção ao trabalho para adolescentes**

A Revolução Industrial favoreceu e ampliou o emprego da mão-de-obra infanto-juvenil, pois o uso das máquinas facilitou a entrada de crianças e adolescentes nos processos produtivos. No século XIX, era aceitável crianças e adolescentes receberem remunerações inferiores às dos adultos, o que de certa forma contribuía para que esta fosse amplamente utilizada.

As primeiras leis escritas para que se estabelecesse idade mínima ao trabalho infanto-juvenil, foi uma lei inglesa em 1802 (Moral and Health Act), da qual fixou-se em oito anos a idade de admissão. E através de longos processos, com elevadas contradições é que as idades mínimas foram sendo elevadas. De um lado tinha-se o discurso da exterminação da “raça humana”, ou seja, a impossibilidade de recrutamento, e de outro o

apontamento de interesses de concorrência econômica, afinal todo regulamento implicava em encarecimento da mão-de-obra.

Na legislação brasileira, a primeira norma que disciplinou a questão de idade mínima ao trabalho foi o Decreto de Lei nº 1313, de 1891, fixando idade mínima de doze anos, salvo a título de aprendiz, nas fábricas de tecidos as que se acharem compreendidas entre aquela idade e a de oito anos completos. Esta exceção deu-se pelo fato do ramo industrial têxtil ser o mais numeroso em todo o Brasil, no final do século XIX.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), tem dedicado-se amplamente à discussões ligadas ao trabalho infantil e, desde sua criação em 1919, vem estabelecendo critérios em relação à idade mínima ao trabalho.

A OIT preocupa-se com a universalização das regras mínimas relacionadas ao trabalho, através de suas Convenções Internacionais, reunindo as evoluções legislativas até então existente, e os princípios de dignificação do trabalho humano. Ao longo dos anos vem buscando proteger o desenvolvimento saudável dos jovens trabalhadores, bem como sua escolaridade como valor preponderante em relação ao trabalho.

A política da OIT sobre o trabalho infanto-juvenil está assentada em dois pilares: um a abolição do trabalho infantil, para quem não atingiu a idade mínima de acesso ao trabalho e o outro, a proteção do trabalho quando executado em condições inadequadas.

A Convenção n.º 138 (1973) realizada pela OIT, teve por objetivo revisar as normas sobre a idade mínima ao trabalho, e incluiu todos os setores de atividades e estabeleceu duas idades mínimas: de um lado a de admissão ao emprego ou ao trabalho, que é fixada para quando o adolescente completa o ciclo obrigatório da educação básica, ou em qualquer caso, à idade de quinze anos - facultada a redução para 14 anos aos países em desenvolvimento - e a outra, que não deve ser inferior a 18 anos para todo tipo de



trabalho que, por sua natureza ou condições, possa ser perigoso para a saúde, segurança ou moralidade do adolescente.

Algumas Convenções são divididas por setores, especialmente a de n.º 80 (1946) e a de n.º 90 (1948) que estabeleceram as normas sobre o trabalho noturno. Outras Convenções específicas cuidaram dos trabalhos proibidos para adolescentes menores de 18 anos, tais como pintura industrial em que haja uso de cerusa ou sulfato de chumbo - Convenção n.º 13 (1921); a função de paioleiros ou foguistas - Convenção n.º 15 (1921); o trabalho com benzeno - Convenção n.º 136 (1971).

A Convenção n.º 138, incorporou a última posição da Organização Internacional do Trabalho. Desta forma, ela preconizou a idade mínima para o trabalho em 15 anos de idade, devendo garantir escolaridade mínima sem trabalho durante o primeiro grau. Admitiu que, países em desenvolvimento adotem a idade de 14 anos para o trabalho e, excepcionalmente, a de 12 anos em caso de aprendizagem; bem como as atividades que afetem a integridade física ou psíquica, a preservação da moralidade, ou a própria segurança do adolescente devem ser desempenhadas somente a partir dos 18 anos.

O Brasil não ratificou a Convenção n.º 138 realizada em 1973. No entanto, é curioso observar que a Constituição de 1988, ao prever a idade de 14 anos para o trabalho, excepcionando a condição de aprendiz refletira, quando de sua promulgação, uma das diretrizes daquela Convenção.

O Constituição Federal de 1988 fixa como prioritária a ação conjunta do Estado e da sociedade, a fim de garantir às crianças e aos adolescentes cidadania plena. Assim determina o artigo 227,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de

toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

São várias as normas da Constituição Federal e da legislação ordinária que estabelecem uma tutela especial ao trabalhador jovem e aos adolescentes.

Na Constituição tem-se:

- Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (artigo 7º, inciso XXX, da Constituição Federal). Pela primeira vez, no ordenamento constitucional brasileiro, há a proibição da discriminação da idade nas relações de trabalho. Não são mais aceitos programas assistenciais que se moldem em condições diferenciadas de trabalho, em razão da idade e da condição social.
- Artigo 227, § 3º, parágrafo I a III “o direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos

I- idade mínima de dezesseis anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

II- garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III- garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola.

- A Emenda nº 20 de 16/12/98 elevou a idade mínima ao trabalho para 16 anos, abrindo um grande espaço social para a concessão do direito à profissionalização em relação aos jovens de 14 a 16 anos.
- O direito à profissionalização passou a ser prioritário e, para sua materialização, foi inserido no âmbito da política educacional, bem como foram ampliadas as hipóteses legais de aprendizagem (artigos 205 e 214 ).



No que tange ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

- É proibido o trabalho noturno - entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte - o trabalho perigoso, insalubre, penoso, em locais prejudiciais à saúde, à moralidade, ao desenvolvimento pessoal e convivência social, em horários que prejudiquem à frequência à escola (Artigo 67).
- A profissionalização adequada ao mercado de trabalho e a proteção no trabalho é um direito do adolescente; deve-se levar sempre em conta a condição de pessoa em desenvolvimento. (Artigo 69).
- Os Artigos 53 e 54, preconizam que a criança e o adolescente têm direito à educação que vise o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e que é dever do Estado assegurar-lhes ensino fundamental, obrigatório e gratuito, extensão progressiva dessa obrigatoriedade ao ensino médio, bem como, a oferta de ensino noturno regular e adequado às condições do adolescente trabalhador.
- Os adolescentes maiores de 14 anos terão a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas e aos adolescentes aprendizes menores de quatorze é assegurada bolsa de aprendizagem. A todos devem-se garantir o acesso à escola e horários especiais de trabalho. (Artigos 63, 64 e 65)

A respeito da bolsa de aprendizagem, convém mencionar que a mesma é a remuneração que se atribui a um aluno-aprendiz, ou a um estagiário que pratica na empresa que o profissionaliza. E em relação a aprendizagem, o artigo 62 do ECA considera este termo como a formação técnico profissional ministrada, segundo diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. A propósito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) trata da matéria em seus artigos 39 a 42. O (artigo 40) preceitua: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no

ambiente de trabalho”. A Consolidação das Leis Trabalhistas trata do contrato de aprendizagem, como sendo um dos meios de formação profissional existentes no país.

Os termos ensino técnico e profissional são utilizados para indicar um processo educativo, ou seja, implica além de uma formação geral, estudo de caráter técnico e a aquisição de conhecimento e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões, em diversos setores da vida econômica e social.

Assim, faz-se necessário pensar que diante a permissão constitucional para o trabalho autorizado aos jovens de 14 a 16 anos deve conter o conceito amplo de aprendizagem, formulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelas Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ainda pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Em relação ao trabalho a Consolidação da Leis Trabalhistas considerada que:

- Na fase de formação técnico-profissional, o adolescente deve ter garantido o acesso e a freqüência obrigatória ao ensino regular (Art. 63, I) e é proibido o trabalho em horário que prejudique a freqüência à escola (Art. 67, IV);
- Quando o trabalho reduzir de modo considerável o tempo de estudo, os pais não podem permitir que seus filhos se engajem no trabalho ou nele permaneçam (Art. 424 da CLT);
- Art. 427 da CLT estabelece que o empregador, cujo estabelecimento ocupe adolescentes, é obrigado a conceder-lhes tempo adequado para freqüência à escola, sendo que esta obrigação persiste enquanto o adolescente não tiver a escolaridade mínima obrigatória.
- Nos termos do (art. 189 da CLT), atividades insalubres são

aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados



em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

O Decreto de Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, no que se refere ao primeiro emprego afirma em seu artigo 1º, que ações devem ser dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando especialmente, promover a criação de postos de trabalhos formais para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda e a qualificação do jovem para este na inclusão social.

Reportando-se Tiemann (1999) à respeito dos direitos de qualquer trabalhador brasileiro, inclusive do adolescente na faixa etária de 16 a 18 anos, são: relação de emprego protegida pela anotação da CTPS – carteira de trabalho e previdência social; recolhimentos a razão de 8% sobre a remuneração para o FGTS, e multa de 40% em razão de dispensa sem justa causa (art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias); seguro-desemprego; salário-mínimo; piso salarial da categoria; irredutibilidade salarial salvo negociação coletiva; participação nos lucros; 13º salário; jornada de oito horas; repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos; férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal; licença à gestante com duração de 120 dias; estabilidade da gestante desde a gravidez até cinco meses após o parto (art. 10, ADCT); licença-paternidade; aviso prévio; reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

A remuneração ao adolescente-empregado, mensalista, com jornada de 220 horas mensais, deverá obedecer valores iguais ou superiores ao salário-mínimo, ou ainda, equivalerá ao piso normativo da categoria profissional, ou seja, o piso fixado de acordo com cada categoria. Se a jornada for de menos de oito horas diárias, deverá receber o

correspondente as horas trabalhadas, tomando por base o salário-hora igual ou superior ao salário-mínimo-hora ou piso normativo-hora, com expressa menção dessa condição na CTPS (CLT, arts. 58, 64, 65 e 76).

A jornada do adolescente empregado é a mesma do empregado adulto, ou seja ao máximo de oito horas diárias, não podendo ultrapassar 220 horas mensais. Se o adolescente for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão somadas, não podendo ultrapassar oito horas diárias (CLT, art. 414).

As férias ao adolescente deverá corresponder sempre a um período de 30 dias consecutivos (CLT, art. 134, § 2º), tendo o direito de fazer coincidir o período de suas férias no trabalho com as férias escolares (CLT, art. 136, § 2º). O adolescente não pode converter 1/3 das férias, ou seja, gozar apenas 20 dias, e transformar os 10 dias restantes em abono relativo ao valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes (CLT, art. 143) .

Em relação ao contrato de trabalho do menor aprendiz tem-se a colocar que é uma forma diferenciada de contrato de trabalho, regulada pelos artigos 80 e 429 a 433 da CLT e demais regulamentação especial, que está a cargo do chamado Sistema "S" – Senai, Senac.

Os requisitos de validade do contrato de aprendizagem são:

- Termo de contrato de trabalho escrito com anuência do responsável legal pelo adolescente;
- Anotação do contrato de menor aprendiz na CTPS (CLT, art. 29, c/c art. 429);
- Registro do termo do contrato de aprendizagem no Ministério do Trabalho, solicitado no prazo de 30 dias, por meio de requerimento acompanhado do certificado de aprendizagem, obtido na matrícula no SENAC e SENAI; idade do adolescente entre 14 e 18 anos (art. 7º, inciso XXXIII da CF/88);



- Conclusão pelo adolescente da 4ª série do ensino fundamental (1º grau) ou que o mesmo possua conhecimentos mínimos essenciais para a preparação profissional;
- Que se obedecem as regras de proteção ao trabalho do menor previstas na CLT e no ECA;
- Contrato terá duração correspondente ao do curso, isto é., o tempo necessário para a aprendizagem, não podendo ultrapassar três anos.

No contrato referente ao menor aprendiz há possibilidade de o adolescente (quando da conclusão do contrato ou ao atingir 18 anos de idade) ser efetivado pela empresa em que desenvolveu o aprendizado. Além do mesmo ter a efetiva possibilidade de aprendizagem de um ofício, já que o processo de formação técnica e prática é acompanhado na parte teórica por professores especializados e na parte prática por profissionais da área.

Em relação ao adolescente estagiário tem-se a colocar que, o estágio é regulamentado por legislação específica, no entanto não é emprego. Deste modo, não cria vínculo trabalhista entre as partes. O estagiário por não ser empregado não possui direito a férias, 13º salário, aviso prévio em caso de rescisão contratual. Também não se aplicam, em seu caso, obrigações como contribuição sindical, verbas rescisórias, cadastramento/recolhimento do PIS/PASEP, para o INSS ou para o FGTS. O estagiário, tem direito aos benefícios assegurados aos demais empregados da empresa, como vale-refeição, vale-transporte, etc.

Feito às observações, segundo CIEE (2004) o estágio não é registrado na CTPS, porém se a empresa optar por fazê-lo, deverá comentar os dados do curso frequentado pelo estudante, a escola onde está matriculado, a razão social da empresa que o contrata, e as datas de início e término do estágio no capítulo Anotações Gerais, e não nas folhas da

Carteira Profissional referente a “Contrato de Trabalho”, pois o registro não segue os moldes da CLT, mas simples anotação.

A lei que disciplina e orienta o estágio é a Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto 87.497, de 18 de agosto de 1982. Antes da Lei 6.494/77, a legislação vigente era a Portaria 1.002, de 29 de setembro de 1967. Essa portaria, embora seus termos não conflitem com os termos da legislação atual, foi revogada pelo artigo 13 do decreto 87.497/82.

Pode-se falar ainda na Lei n.º 10.097/2000, ou seja a Lei do Adolescente Aprendiz, que regulamenta a idade ao trabalho a partir dos quatorze anos de idade, que esteja cursando o ensino fundamental ou médio.

A remuneração neste caso é pelo salário mínimo hora, a jornada de trabalho não poderá exceder à seis horas diárias, nelas incluídas as atividades teóricas e/ou práticas. Para os adolescente que já tiverem completado o ensino fundamental, a jornada de trabalho poderá ser de até oito horas diárias. Esta Lei possui vínculo com a CLT, sendo que o contrato de trabalho deverá ser de no máximo dois anos (art. 428, § 3º).

Em relação aos direitos trabalhistas, o adolescente aprendiz faz jus ao 13º salário e a todos os benefícios concedidos aos demais empregados. As férias do empregado aprendiz deverão coincidir com o período das férias escolares, sendo vedado o parcelamento.

Em relação as empresas contratantes estas estão sujeitas ao recolhimento da alíquota de 2% sobre os valores da remuneração de cada adolescente, inclusive sobre gratificações, para crédito na conta vinculada ao FGTS. O recolhimento da contribuição ao INSS é obrigatório, sendo o menor aprendiz segurado-empregado. As empresas estão limitadas a um número de aprendizes equivalente a 5% (mínimo) e a 15% (máximo) de trabalhadores existentes.



Com esta iniciativa, as empresas obtêm ganhos de imagem junto à sociedade pelo apoio a um Programa Social e tem a vantagem de contribuir apenas 2% de FGTS (redução de 75% da contribuição normal) e ainda estão dispensadas do aviso prévio remunerado e de isenção de multa rescisória.

### **2.2.2 A parceria do Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e o Centro de Integração Empresa Escola**

O Programa de Liberdade Assistida e o de Prestação de Serviços à Comunidade são programas de responsabilidade da Prefeitura Municipal, e portanto, atendem ao município. São vinculados à Secretaria de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social através da Gerência de Assistência Social, responsável pela Gestão de Programas e Projetos Sociais de atendimento e defesa à população infante - juvenil.

O Programa de Liberdade Assistida possui caráter sócio-educativo, é resultado da Doutrina da Proteção Integral de crianças e adolescentes publicada na Constituição Federal de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde deverão conter ações efetivas e articuladas frentes aos diferentes níveis de governo (União, Estado e Município).

O Programa recebe e acompanha adolescentes que cometem ato infracional, e que por conseguinte recebem medida sócio-educativa de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade.

O Programa de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade surge como resultado de um Projeto de Liberdade Assistida Comunitária elaborada pela Promotora de Justiça da Infância e Juventude Dra. Henriqueta Scharf Vieira em julho de 1995, tendo como referências experiências com resultados positivos em outros municípios como São Paulo, São José dos Campos, Blumenau, Criciúma, sendo que foram realizadas algumas adaptações à realidade de Florianópolis.

A partir do projeto elaborado assina-se um protocolo de intenções entre a Secretaria de Estado Justiça e Cidadania, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a Fundação Vida, a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), e o Centro das Promotorias da Infância, visando a criação dos Programas Sócio-Educativos de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), previstos no art. 112 do estatuto da Criança e do Adolescente.

Este Programa foi implantado na própria vara da Infância e Juventude, em outubro de 1995, sendo que aproveitou-se a estrutura já existente para que fosse facilitado o atendimento aos adolescentes bem como seus familiares, e evitando o envio de processos para outro local.

A Prefeitura, no entanto, não vinha mais dando retorno as suas responsabilidades como o veículo que era utilizado para visitas domiciliares, o material de limpeza e de expediente e ainda os vales-transporte utilizado pelos adolescentes para o cumprimento da medida. A Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), também passou a não mais contribuir, alegando não haver mais condições frente ao pagamento da Assistente Social que era de sua responsabilidade.

Em setembro de 1997, um novo convênio é assinado participando deste o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a Secretaria de Justiça e Cidadania e a Fundação Viva a Vida.

Em julho de 2002, a Prefeitura Municipal de Florianópolis assume a responsabilidade do Programa. Com isso o quadro de funcionários é remodelado, constituindo-se de uma Assistente Social e uma Psicóloga através de concurso público, duas assistentes sociais contratadas pela AFLOV, e uma Estagiária de Serviços Social em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina.



Atualmente, o Programa possui quatro Assistentes Sociais, duas efetivas pela Prefeitura e duas contratadas pela AFLOV. No quadro da psicologia tem-se três profissionais, uma efetiva de Prefeitura e duas com contrato firmado até dezembro do corrente. O Programa ainda possui, quatro estagiárias de Serviço Social provenientes da parceria com Universidade Federal de Santa Catarina.

A demanda do Programa são adolescente de ambos os sexos, entre 12 e 18 anos incompletos que cometem algum ato infracional e que receberam por sentença judicial medidas sócio-educativa de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade.

Cabe relatar que, os usuários dos referidos Programas são adolescentes também seus familiares e que as medidas são aplicadas pelo Ministério Público e homologadas pela autoridade judiciária, sendo “obrigatório” o seu cumprimento.

Diante da municipalização, tem-se a colocar que municipalizar não significa necessariamente prefeiturizar, e sim contar com a participação da população, através de suas organizações representativas, em especial as entidades e instituições nas área da Infância e Juventude. Podendo superar o caráter fragmentário dos programas de área propiciando a criação e racionalização de uma rede de serviços integrados em nível municipal e regional. Este processo implica em articular o poder local com o Estadual e Federal, que muitas vezes, estão engajados em diferentes projetos.

A municipalização do atendimento, na área de medidas sócio-educativas, deve atentar para as questões técnicas de qualificação dos recursos humanos envolvidos no planejamento e execução das ações operativas, junto ao adolescente autor de ato infracional e sua família, portanto, junto a rede de serviços do município e da região, em parceria com outras entidades. Ante esta argumentação é importante considerar que, os órgãos federais e estaduais estabelecem uma política nacional, estadual na área do adolescente autor de ato infracional, política cuja diretrizes, executadas ao nível local,

implicam na assessoria, supervisão e avaliação dos projetos e programas, o que permite por conseguinte, assegurar a qualidade do atendimento na área.

O Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) foi criado em 20 de fevereiro de 1964, na cidade de São Paulo, advindo da necessidade de aperfeiçoar a formação de futuros profissionais. O CIEE surge a partir da iniciativa de um grupo de educadores, que buscaram formar parcerias com empresas, a fim de oportunizar aos jovens estudantes colocar em prática os ensinamentos escolares e tornou-se, com o passar dos anos em uma sociedade sem fins lucrativos beneficiando o meio educacional do país.

Em Santa Catarina a atuação do CIEE está presente há 18 anos. Em dezembro de 2000, a instituição antes vinculada a São Paulo, passa a ser autônoma tanto administrativa como financeiramente. Atualmente são 14 unidades: Blumenau, Caçador, Chapecó, Criciúma, Concórdia, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul e Tubarão e São José.

O CIEE desenvolve várias atividades com ênfase em capacitar profissionalmente o jovem estudante para o mercado de trabalho. Desta forma, desenvolve ações visando propiciar ao jovem melhores oportunidades de engajar-se ao mercado de trabalho.

O CIEE, em relação ao estágio de Estudantes, tem como papel ser o Agente de Integração entre os mundos acadêmicos e empresarial, para atender às necessidades dos futuros profissionais. As ações desenvolvidas pelo CIEE/SC são gratuitas para todos os estudantes e as instituições de ensino, em conformidade com os requisitos legais vigentes.

Além disso, CIEE/SC verifica junto às Instituições de Ensino, a regularidade da situação escolar dos estagiários e realiza acompanhamento no local do estágio, através de equipe especializada, para que a qualidade na relação do estágio seja garantida.



Ainda realiza palestras sobre diversos temas, que vão desde criatividade, poder de negociação, relacionamento interpessoal, ação voluntária, entre outras promovidas em sua sede, gratuitamente.

A empresa que possui convênio com o CIEE contribui mensalmente para cada estagiário em atividade. Se não possuir estagiário em determinado mês não existe contribuição. O valor da bolsa-auxílio, bem como os benefícios oferecidos são determinados pela empresa. O CIEE oferece orientação à empresa quanto aos valores adequados. Esta parceria possibilita que o Programa de Desenvolvimento Estudantil seja mantido com palestras gratuitas que reforçam e ajudam na formação do estudante. Nelas, por meio de dinâmicas de grupo e exercícios de vivência, são abordados temas como Criatividade, Liderança, Inteligência Emocional, Poder da Negociação, entre outros.

A idéia de buscar parceria junto ao Centro de Integração Empresa Escola, surgiu através da realização de estágio obrigatório desta pesquisadora no Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Verificou-se no decorrer dos atendimentos que a auto-estima era algo importante à ser trabalhado, e com este objetivo surgiu a idéia de um projeto e da busca de uma parceria para inseri-los no mercado de trabalho.

A sistematização de um trabalho em que os adolescente pudessem explorar suas aptidões, e por conseguinte, ser engajados no mercado de trabalho, era a principal idéia em relação à esta parceria. O objetivo maior, destina-se oportunizar aos adolescentes conhecerem um ambiente de trabalho, bem como prepará-los a reconstruir uma trajetória de vida, e conseqüentemente propiciar a ruptura com o ato infracional. Busca-se, sobretudo oportunizar aos adolescentes uma visão de mundo para um caminho de crescimento pessoal, para que através desta preparação para o primeiro emprego venham melhorar sua auto-estima (gostar de si mesmo), seu auto-conceito (ter uma boa idéia a respeito de si

mesmo) e sua auto-confiança (confiar em si próprio), suas maneiras de convivência, enfim sua auto-realização ( cada passo dado na direção do seu projeto).

Através de contatos e reuniões a parceria foi firmada em junho do corrente ano. E partir de então, os adolescentes passaram a ser encaminhados ao CIEE para realizarem o curso PIT (Programa de Iniciação para o Trabalho), que consiste em simular situações reais de uma empresa, através de dinâmicas, proporcionando o jovem a “aprender a aprender”. As aulas possuem carga horário de 60 horas, e visam a integralidade de conhecimento, habilidade e atitudes.

Os estudantes que participam do PIT, devem preencher um cadastro do qual deverá constar dados pessoais, como escolaridade e situação sócio-econômico. Junto à este cadastro é anexada a avaliação do monitor que dirigiu o curso. Assim as empresas conveniadas ao CIEE, selecionam os adolescentes de acordo com o perfil necessitam e realizam as entrevistas com os possíveis candidatos aos cargos disponíveis.

O Programa de Liberdade Assistida forneceu os vales-transporte para os adolescentes realizarem o curso, já que a maioria é economicamente carente. A primeira turma a participar do PIT se formou em agosto e neste mesmo mês a parceria foi oficializada de forma escrita, entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis através da Secretaria de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social.

A partir desta parceria firmada, surge a intenção de pesquisar qual a relação do adolescente autor de ato infracional junto ao mercado de trabalho.



## **CAPÍTULO 3**

### **DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA**

O capítulo que se inicia discorre fundamentalmente sobre a pesquisa e os objetivos do qual este trabalho propôs. Em face, descreve primeiramente os procedimentos metodológicos utilizados, a natureza da pesquisa e a população/sujeitos, abordando tipo de amostragem empregada, bem como a trajetória percorrida pela pesquisadora. Na seqüência, apresenta os limites da pesquisa empírica, bem como a apresentação e a análise de dados obtidos.

#### **3.1 Procedimentos metodológicos**

No decorrer do estágio, realizado pelo período de um ano no Programa de Medidas Sócio-Educativas da Prefeitura Municipal de Florianópolis, verificou-se através de conversas entre os técnicos envolvidos no acompanhamento dos adolescentes autores de atos infracionais, que a maioria deles estava fora do mercado de trabalho.

Diante esta realidade, aliada a intenção de oportunizar aos adolescente autores de atos infracionais um novo projeto de vida e a ruptura ao conflito com a lei, é que surge no estágio obrigatório da pesquisadora, a intenção da parceria já exposta no capítulo anterior.

É fato que a parceria se estabeleceu, contudo os adolescentes terminaram o curso PIT e até o presente, não obtiveram êxito no que tange há uma vaga no mercado de trabalho.

Tendo em vista tais argumentos, estabelece-se o assunto ou tema do qual pretende-se trabalhar na pesquisa. Desta maneira, trata-se como caso específico o ***“adolescente autor de ato infracional e o mercado de trabalho”***.

Neste aspecto, os objetivos estabelecidos foram:

### **Objetivo Geral**

Analisar a relação do adolescente autor de ato infracional e o mercado de trabalho

### **Objetivos Específicos**

- Conhecer a expectativa do empregador em relação ao adolescente autor de ato infracional no mercado de trabalho;
- Identificar a importância do trabalho para os adolescentes;
- Descrever alternativas pessoais e profissionais vivenciadas pelos adolescentes para enfrentar o mercado de trabalho;
- Identificar as contribuições dos Cursos PIT – CIEE para os adolescentes;
- Demonstrar a percepção da equipe técnica do PIT - CIEE sobre o processos de encaminhamentos dos adolescentes autores de ato infracional ao mercado de trabalho.

#### **3.1.1 Natureza da pesquisa**

A princípio faz-se necessário o conceito da palavra pesquisa. Nesta direção, para Gil (1999, p. 43) pesquisa é

[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

O Serviço Social em seu Código de Ética (2002, p.18) no título II, art 2º item “i” discorre sobre a ação investigadora em que o profissional deste área deve incorporar, buscando elementos de planejamento, execução e redefinição para sua intervenção profissional. Assim propõe:



Liberdade na realização de seus estudos e **pesquisas (grifo nosso)**, resguardando os direitos de participação de indivíduos ou grupo envolvidos em seus trabalhos.

Para atender à proposta deste estudo, estabeleceu-se como premissa a abordagem de tipo qualitativa e quantitativa, por ter-se deste modo vasta visão inerente ao processo de pesquisa, resultando desta forma em maior qualidade e créditos às realidades investigadas.

No presente caso, aponta Minayo (1994, p. 22) que

Não existe um “continuum” entre “qualitativo-quantitativo”, em que o primeiro termo seria o lugar da “intuição”, da “exploração” e do “subjetivismo”; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido “objetivamente” e em “dados matemáticos”.

Discorrendo sobre as pesquisas qualitativas, Minayo (1993, p. 10) afirma que são entendidas como “aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e as estruturas sociais, [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. Neste caso específico, o intuito de conhecer qual a relação do adolescente autor de ato infracional e o mercado de trabalho.

Em relação as pesquisas quantitativas, Minayo (apud Ramos 1999, p.50) escreve “os dados relativos à realidade social seriam objetivos [...] a linguagem das variáveis forneceria a possibilidade de expressar generalizações com precisão e objetividade”.

A pesquisa quantitativa é muito utilizada aos registros estatísticos como tabelas, gráficos, quadros, ou seja, procedimentos em que utiliza-se números e que desejam demonstrar determinadas características. É também muito utilizada em pesquisas da área social, econômica, de mercados e de opiniões públicas.

No processo de produção de conhecimento deste Trabalho de Conclusão de Curso, adotou-se o estudo exploratório e descritivo. O estudo exploratório permitiu

aumentar os conhecimentos da pesquisadora em relação ao tema e ao problema de pesquisa, e o estudo descritivo propiciou retratar a realidade pesquisada com a precisão desejada dos dados coletados. Neste sentido, Gil (1999, p.44) salienta que “[...] tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias [...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Seguindo esta linha, Minayo (apud Ramos 1999, p.49), refere-se a pesquisa exploratória sendo aquela que “compreende a etapa de escolha do tópico de investigação, de delimitação do problema, de definição do objeto e dos objetivos [...] dos instrumentos de coleta de dados”.

No caso da pesquisa descritiva, e reportando-se novamente a Gil (1999), este afirma que tais pesquisas têm como objetivo estudar as características de um grupo por distribuição de idade, sexo, nível escolar, e que desejam levantar opiniões.

### **3.1.2 População/sujeitos**

A população para a dada pesquisa foi composta por adolescentes autores de atos infracionais, que cumprem medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), e que foram encaminhados à participar do curso PIT-CIEE.

Também fazem parte desta pesquisa, os monitores que ministraram as aulas do curso PIT-CIEE, bem como as empresas de economia mista (pública e privada) que possuem convênios com o CIEE e que contratam adolescentes. São elas: Lojas Milium, Bandeic Advogados e Associados, Polícia Rodovia Federal, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes ( DNIT), e Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON).



### 3.1.3 Amostragem

Nesta pesquisa, dado ao número elevado da população que seria pesquisada, optou-se por utilizar a amostragem. Como destaca Gil (1999, p.100) amostra é “o subconjunto do universo da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

Em verdade, para Gil (1999) existem vários tipos de amostragem, sendo que são classificadas em dois grandes grupos: as probalísticas que possuem rigor científico, e as não-probalísticas, que não apresentam fundamentação matemática ou estatística, e dependem de critérios do pesquisador, além disso, apresentam vantagens em relação ao tempo despendido.

Assim, visando a efetivação deste trabalho optou-se pelo método não-probalístico, considerando particularmente a falta de tempo para a sua conclusão. E, neste sentido para Gil (apud, Vieira 2004, p.71) “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo”.

Cabe aqui mencionar, que a amostra utilizada se compôs por um universo de 8 adolescentes, 2 monitores e 5 responsáveis pelas empresas citadas que possuem convênio junto ao CIEE.

### 3.1.4 Trajetória da pesquisa

Para o início deste trabalho, procurou-se em primeiro momento o levantamento bibliográfico acerca do tema escolhido, no intuito de obter qualificação e fundamentação ao conhecimento do tema.

À respeito da pesquisa bibliográfica, Lakatos (1991, p. 183) observa que

A pesquisa bibliográfica, abrange toda bibliografia, já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais,

revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito dito ou filmado sobre determinado assunto.

Como instrumento de coleta de dados optou-se pela entrevista, pois como exibe Selltiz (apud Gil, 1994, p.115), “a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram”.

Nesta mesma direção Neto (1994, p. 57), refere-se sobre a entrevista como

[...] o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos nas falas dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de dados relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que esta sendo focalizada.

Dentro desta perspectiva, refere-se Minayo (apud Silva, 2003 p. 46), “a entrevista tem um significado determinado, o de focalizar a realidade dos sujeitos-objetos da pesquisa, através dos fatos relatados pelos mesmos”.

Com o intuito de responder diretamente aos objetivos geral e específicos definidos neste estudo, utilizou-se a entrevista padronizada ou estruturada, que como esclarece Marconi (1991, p. 197),

[...] É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas de acordo com um plano.

Este tipo de entrevista sugere uma padronização em obter dados dos entrevistados, permitindo que, as respostas sejam comparadas ao mesmo conjunto de perguntas.

Além disso, utilizou-se também como método à coleta de dados o questionário estruturado, como exibe Gil (1999, p. 128),



Questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesse, expectativas, situações vivendas etc.

Marconi (1991, p. 201) escreve sobre o questionário como sendo

[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor.

Os tipos de questões utilizadas foram as abertas, que como registra Gil (1994, p.131) “apresenta-se a pergunta e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua respostas sem qualquer restrição”.

Optou-se por esta tipo de respostas por permitir ao pesquisado responder livremente as perguntas, usando sua própria linguagem ao emitir suas opiniões.

A seleção ao público pesquisado obedeceu à alguns critérios. Junto aos adolescentes, o intuito era de realizar entrevistas com aqueles que participaram da primeira turma de alunos encaminhados ao CIEE, que concluíram o curso em agosto do corrente ano. Cabe deixar claro que as turmas de dado curso, não foram compostas somente por adolescentes encaminhados pelo Programa de Medidas sócio-educativas, uma vez que as turmas eram constituídas por várias demandas em que o CIEE também absorve.

Para que esta etapa fosse alcançada, foi necessário realizar uma pesquisa documental nos arquivos do Programa de medidas sócio-educativas, junto aos prontuários dos adolescentes. Desta forma, verificou-se que a soma totalizou 12 adolescentes encaminhados ao CIEE, mas que somente 8 concluíram o curso, ficando este número fixada ao universo à ser entrevistado.

Quanto aos os monitores ministrantes do curso PIT, sabe-se que o curso do qual os adolescentes foram inseridos foi ministrado por quatro monitores, para o universo da pesquisa, optou-se por 50% desta valor, ou seja, dois monitores.

Para a realização de entrevistas com as empresas, foi necessário o contato prévio com o CIEE, que informou possuir um vasto número de empresas conveniadas, mas que todavia poderia selecionar aleatoriamente 5, possuidores de economia mista (pública e privada) ficando este como o universo da pesquisa.

Em suma, as etapas, os objetivos e o desenvolvimento da trajetória da pesquisa implicaram contato com:

#### **Os adolescentes:**

Foram utilizados roteiros<sup>3</sup> pré-estabelecidos para a realização de entrevista estruturada, com o intuito de assimilar as características a serem evidenciadas.

Para a coleta de dados, realizou-se contatos telefônicos com cada um dos adolescentes para a marcação das entrevistas. Após a explanação sobre o objetivo proposto todos aceitaram de prontidão participar, sendo que duas entrevistas foram realizadas na casa dos adolescentes, e seis nas dependências do Programa de Medidas Sócio-Educativas. Utilizou-se um gravador, solicitando a permissão à todos os entrevistados, sem que houvesse objeção. Concluída esta etapa, as entrevistas foram todas transcritas para que os dados fossem analisados com mais propriedade.

#### **As empresas:**

A coleta de dados às empresas deu-se através de questionário<sup>4</sup>, totalizando 11 perguntas, todas abertas.

O primeiro contato com as empresas deu-se via telefone, onde se expôs qual era o propósito da pesquisa e o que a mesma pretendia. Desta maneira, foi explicado sobre o

---

<sup>3</sup> ver apêndice A

<sup>4</sup> ver apêndice B



questionário e combinou-se então, de que a pesquisadora o levaria até o endereço fornecido para a pessoa responsável respondê-lo. Dos 5 responsáveis um optou para que o questionário fosse enviado via e-mail, e desta forma foi realizado.

Junto ao questionário foi enviado uma carta explicativa<sup>5</sup>, de que esclarecia as intenções do estudo, bem como continha elencadas o objetivo geral e os objetivos específicos.

Para o recebimento dos questionários, a pesquisadora retornou ao endereço das referidas empresas, e no caso da empresa que optou por receber o questionário via e-mail, o procedimento adotado também deu-se desta maneira. Aconteceram alguns contratemplos em relação ao retorno dos questionários à pesquisadora, mas em nada prejudicou o desenvolvimento do presente trabalho.

#### **Os monitores:**

O primeiro contato junto aos monitores, aconteceu por telefone, explicando-lhes o que a pesquisa pretendia e sobre o envio do questionário.

Para um dos monitores acordou-se de deixar o questionário<sup>6</sup> nas dependências do CIEE, já que havia mais facilidade ao entrevistado em apanhá-lo e para o outro monitor foi encaminhado via e-mail, por conveniência do próprio.

O recebimento do questionário deu-se da mesma forma que o encaminhamento, buscou-se um nas dependências do CIEE e o outro obteve –se resposta via e-mail.

Com os questionários em mãos e as entrevistas transcritas, tem-se o momento da análise dos dados obtidos, conforme se descreverá no próximo item.

---

<sup>5</sup> ver apêndice C

<sup>6</sup> ver apêndice D

### 3.1.5 Limites da Pesquisa

A literatura referente ao adolescente autor de ato infracional e sua inserção no mercado de trabalho no Brasil é ainda extremamente restrita. Desta forma, são poucos os registros bibliográficos sobre este universo que podem ser encontrados.

Nesta discussão, outro limite que pode-se mencionar seria o tipo de pesquisa utilizado, ou seja, a qualitativa, pois aprofunda-se o estudo no sentido de identificar objetivos, mas no entanto não com um universo total. Esta constatação afirma-se, valendo aqui lembrar, que dado o curto período de tempo para a realização deste estudo, optou-se por selecionar determinado número de população/sujeitos.

As entrevistas estiveram sujeitas a alguns limites, como a dificuldade de expressão de alguns entrevistados, constituindo-se de mais um dificultador. Ainda assim, teve-se de se levar em conta a apreensão dos entrevistados em fornecer certas respostas, mediante receio de que sua identidade fosse revelada. Foi necessário programar os horários das entrevistas, para que fossem compatíveis entre o entrevistado e o pesquisador. Além do que, a transcrição das fitas são demoradas e cansativas, já que o intuito dá-se ao fato de registrar todas as informações com extrema propriedade.

Quanto ao questionário, uma de suas limitações refere-se há certa impossibilidade de esclarecer possíveis dúvidas à quem responde questões mal compreendidas. Além disso, na leitura das perguntas, antes que estas sejam respondidas, uma pode vir a influenciar a outra. Outro ponto adverso é o desconhecimento, por parte do pesquisador, em relação a circunstância que o questionário foi respondido. E por fim, a devolução tardia trouxe alguns prejuízos ao calendário programado à sua utilização.



### **3.2 Apresentação e Análise da pesquisa Empírica**

A respeito dos dados obtidos a partir da pesquisa empírica, convém mencionar que estes serão analisados de acordo com o grupo pesquisado, ou seja, os adolescentes, as empresas e os monitores.

É importante também registrar que as respostas referentes aos adolescentes, foram divididas em 3 categorias: estudo, trabalho/emprego e curso PIT-CIEE. Com as respostas buscou-se trabalhar as representações de dados em gráficos, seguida de interpretação e análise.

Das respostas oriundas das empresas, explorou-se sobre: a iniciativa de contratar adolescentes, se a empresa proporciona capacitação, se possui regras, o nível de escolaridade exigido, a idade exigida, se exige conhecimentos em informática. Por fim, questionou-se sobre a contratação de adolescentes autores de atos infracionais. Estes dados foram apresentados através de gráficos, seguido de análise.

Aos monitores, utilizou-se a análise de dados sem a junção de gráfico, observando os seguintes pontos: desempenho do adolescente no curso, as expectativas esperadas em relação à estes adolescentes, a percepção das relações interpessoais, as dificuldades de aprendizagem, se houve receio em receber os adolescentes no curso PIT-CIEE e sugestões em relação a pareceria CIEE – PMF.

#### **3.2.1 Análise de dados com os adolescentes:**

##### **\* Estudo**

Sobre este item, indagou-se aos adolescentes qual a importância do estudo à suas vidas. Do universo entrevistado, todos indicaram o estudo como algo relevante e importante à eles. A importância explanada esteve sempre ligada à futura aquisição de um emprego e como consequência, a esperança de uma vida melhor. Frente as falas, o que

nota-se, é que a vida melhor tão citada, é de forma muito expressiva ligada à condição financeira.

Este quesito pode ser melhor observado a partir da fala dos adolescentes, como descrito abaixo:

- “Pra poder ter uma vida melhor, sei lá, ter condições financeiras” (C.P.M)
- “A importância do estudo é que mais na frente eu vou precisar, para arrumar emprego, coisa desse tipo” (A.P).
- “Ah ! sei lá, o estudo facilita no serviço” (M.R.C).
- “Para arrumar um emprego mais tarde” (R.C).
- “Uma pessoa sem estudo não chega a lugar nenhum, nunca vai conseguir um emprego legal” (R.O.N).
- “Ele é importante pra eu poder me atualizar e ser alguém, ter uma profissão, ter uma coisa que tu goste de fazer entendeu? Sei lá um conhecimento” (D. R. S).

Em contrapartida, mesmo argumentando a importância do estudo, para uma vida melhor, a maioria dos adolescentes entrevistados permanecem fora da escola, conforme apresenta o gráfico a seguir.

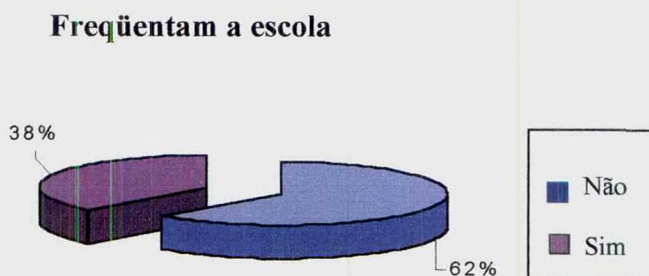


Ilustração 1: Frequentam a escola.

Fonte: Dados Primários (2004)

A tendência por estarem fora da escola, muitas vezes acontece pela constante repetência escolar que vivenciam. E isto, no quesito educação pode vir à ser um agravante



ao estímulo em retornarem à estudar. O gráfico a seguir evidencia o percentual de repetência escolar verificado junto aos adolescentes entrevistados.

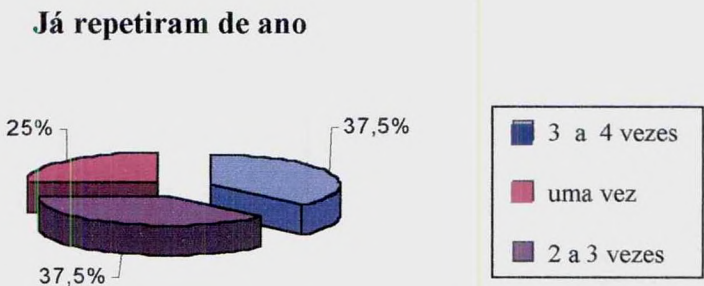


Ilustração 2: Já repetiram de ano.  
Fonte: Dados Primários (2004)

A repetência escolar percebida no gráfico acima, na maioria das vezes, pode acarretar na falta de estímulo em continuar a trajetória escolar, ou seja, os adolescentes acabam se auto-denominando “diferentes” em sala de aula, pois além de estarem atrasados nos estudos, tem de estudar com crianças, de uma faixa etária bem menor que a sua.

Uma dado significativo no que tange ao estudo, percebido nas entrevistas deu-se pela discrepância entre idade cronológica e idade escolar, ou seja, a maioria dos adolescentes apresentam déficit de escolaridade em relação à sua idade. Como consta os

dados na tabela abaixo:

Tabela 1 : Idade Cronológica X Idade Escolar

Adolescente	Idade	Escolaridade	Esta estudando
R.C	16 anos	5ª série	não
C.P.M.	15 anos	5ª série	não
M.R.C	17 anos	5ª série	não
A.P	18 anos	7ª série	sim
R.O.N	18 anos	7ª série	sim
F.A	17 anos	7ª série	não
M.A.S.L	18 anos	1ª série médio	não
D.R.S	17 anos	1ª série médio	sim

Fonte: Dados Primários (2004)

Com vista aos dados expostos, percebe-se que ao fim século XX e início do século XXI, aparece a insatisfação quanto a performance dos sistemas educacionais vigentes que deve ser repensados. Estes sistemas devem estar voltados à necessidade de reformulação, que seja dirigido a melhoria da qualidade de ensino e para isso, tenha-se implementação de novos programas de facilitação, adaptação ou ainda aceitação dos alunos. Deste modo, há necessidade de se explorar alternativas novas de ensino, na busca ao atrativo às escolas, aliado a um ensino de qualidade e que acarrete por consequência o fim ao caos da evasão escolar.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas (2004) no Brasil, hoje existem cerca de 8 milhões de adolescentes cujos níveis de escolaridade e renda limitam suas condições de desenvolvimento e comprometem o futuro do País. Esse é o número de brasileiros e brasileiras, com idade entre 12 e 17 anos, que têm pelo menos 3 anos de defasagem em relação ao nível de escolaridade correspondente à sua faixa etária. A condição de exclusão desses adolescentes expressa-se de diferentes formas: no seu analfabetismo (1,3 milhão de adolescentes entre 12 e 17 anos são analfabetos e no abandono escolar (12% não freqüentam a escola na faixa etária de 10 a 17 anos, ou seja, 3,3 milhões).

À este respeito Oliveira (1994, p. 176) relata que

Tem-se tentando explicar a “culpa” do fracasso escolar às própria crianças, por serem “carentes” ou “desnutridas”, por serem incapazes de aprender. Entretanto, essas mesmas crianças o que não apreendem na escola, aprendem fora dela, a sobreviver em condições duríssimas, inclusive provendo a sua própria subsistência, às vezes até a das famílias (mesmo, que as vezes por meios ilegais ou francamente criminosos). Há na verdade, duas razões para esse fracasso: a inadequação do currículo e a incompetência dos professores. Mas centenas de experiências pedagógicas feitas por diversos grupos sempre conseguem melhorar o rendimentos escolar de crianças de baixa renda, o que caracteriza essas experiências é que são feitas por professores motivados, preparados e



orientados. Professores preparados e orientados podem adaptar o currículo. O cerne da política educacional hoje em dia, portanto reside em melhorar a “qualidade do professor” para melhorar a qualidade do ensino, diminuir a evasão e conseguir que a maioria das crianças brasileiras completem a 8ª série.

Diante esta realidade Pochmann (2000, p. 27) ressalta que, “Identifica-se na educação o crédito de uma expectativa elevada quanto à superação da desigualdade, ao combate à insociabilidade e a defesa à empregabilidade dos jovens”.

A educação é sem dúvida algo relevante ao caminho para o futuro trabalhador, a este respeito Oliveira (1994, p.177) assinala que “[...] numa sociedade realmente democrática, a preparação para o trabalho se faz dentro de um processo educacional. Educar para a cidadania implica educar para o trabalho”.

Por fim, educação e trabalho não devem estar de lados opostos, mas sim complementar-se, pois se a sociedade coloca como padrão de que o homem deve trabalhar, é justo que tenha-se como um processo a educação, que o prepare para o exercício deste com direito e dever.

### **\* Trabalho**

Panceri (apud, Silva, 2002, p. 49) caracteriza o trabalho como sendo “[...] essencial na vida dos homens, seja como meio de ocupação do tempo, de realização pessoal, [...] também consiste numa atividade criadora, livre, no qual o homem se firma e se reconhece”.

Neste aspecto, questionou-se aos adolescentes qual o significado do trabalho em suas vidas. Pode-se perceber a partir das respostas a ligação feita ao trabalho como uma futura condição econômica, a questão de sentir-se cidadão na visão da comunidade em que residem, a busca por uma identificação profissional, a independência financeira, a possibilidade de pagarem seus estudos e a intenção de ajudarem suas famílias.

A seguir tem-se o significado implícito nas falas:

- “Pra poder mudar de situação, ter uma vida melhor, ter uma casa melhor, um estudo melhor” (C.P.M).
- “Vou ter o meu dinheiro no final do mês, comprar minhas coisas, e se eu fizer também a coisa que eu gosto também vale a pena” (A.P).
- “Claro que é importante o trabalho, sei lá, lá no lugar onde eu moro é assim, se o cara trabalha não arruma rolo com ninguém, anda sossegado, aí a sociedade também não te olha com um olhar te discriminando. É que nem o cara não á trabalhando qualquer coisa há porque tu é isso tu é aquilo. O trabalho ajuda bastante né cara? Vê que a gente não é o que eles pensam” (M.R.C).
- “Traz benefícios e me dá oportunidades de crescer, de ser alguém. Eu tenho um filho e trabalhando eu poderia tá mais perto dele, poderia ajudar ele assim.”(M. A.S.L).
- “Pra se sustentar, sustenta a família. Pode melhorar a vida de uma pessoa em bastante coisa, as pessoas olham a gente de outro jeito, olham pra gente e diz: essa pessoa é gente boa, porque quando o cara tá na rua, daí fico falando que o cara é vagabundo não sei o que” (R.C).
- “Se a pessoa não trabalha, não vai obter renda, se não obter renda não vai ter vida, coisa assim, não só a renda o trabalho faz adquirir conhecimentos” (R.O.N).
- “Trabalho é ... significa que.. trabalho e tenho como pagar minhas contas eu sou independente, entendeu? as pessoas tem inveja de quem não trabalha, e muitas falam assim: não me invejem trabalhem. As pessoas de quem não trabalha, pensam tipo há aquele lá não trabalha, não sei o que deve falar mal, tipo o trabalhador deve falar mal de quem não trabalha” (D.R.S).
- “ Ah ! o trabalho tem um significado de um futuro melhor para gente, se o cara não trabalha , quando casa e tiver filho não vai ter um futuro legal. E se não tiver estudo não tem trabalho” (F.A).

Na indagação aos adolescentes, se já haviam trabalhado, verificou-se que apenas

01 (um) nunca havia tido esta experiência, conforme a próxima ilustração:



### Já trabalharam

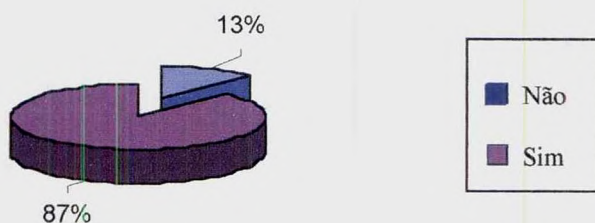


Ilustração 3: Já trabalharam  
Fonte: Dados Primários (2004)

Tendo em vista o gráfico acima, pôde-se perceber que a maioria dos adolescentes já haviam trabalhado antes, mas de forma informal, ou seja, sem registro. Assim, as garantias previdenciárias e trabalhistas não são contempladas. Apesar do Brasil possuir lei com aparato de proteção ao trabalho com qualificação, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, tem-se a grande questão em que muitos buscam trabalhar mesmo que precocemente em busca de uma sobrevivência, o que muitas vezes acarreta a exploração da mão-de-obra barata, colocando em risco a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Segundo dados da UNICEF (2004), atualmente 1,9 milhão de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos trabalham. Diante este dado, não resta dúvida de que o trabalho do adolescente deveria ocorrer sempre seguido de um pressuposto, o de possibilitar formação, desenvolvimento das habilidades e crescimento pessoal, concretizando-se portanto num espaço de socialização, de reconhecimento e de respeito as características humanas reservadas à sua faixa etária.

Em relação aos adolescentes que já haviam trabalhado, indagou-se em qual função obteve-se as seguintes respostas:

- “No serviço da ex-patroa da minha mãe, cuidava de crianças assim numa creche particular, eu ajudava as outras professoras a cuidarem deles, mas não era nada registrado” (C.P.M).

- “Já só que não fichado, lá foi lá onde eu morava antes em Lages. Trabalhei no supermercado, trabalhei 3 dias, daí no 4º dia quando eu fui pra ir o pai avisou que não era para mim ir, porque os fiscal tinha batido lá. Lá eu era entregador de compras” (M.R.C).
- “ Já trabalhei de atendente num café bar foi ano passado e era com carteira assinada” (M.AS.L).
- “Só trabalhei como servente” (R.C).
- “Já trabalhei só uma vez com o meu cunhado, fiquei só uma semana, ele tinha um lava rápido mas começou a dar problema daí ele fechou, fiquei só uma semana. Eu achei legal porque eu tava aprendendo alguma coisa”. (R.O N)
- “Eu já trabalhei assim, em um restaurante assim, já trabalhei eu ajudava, ajudante de cozinha” (D.R.S).
- “eu já trabalhei de matar mato com veneno sabe?, eu trabalhei 2 meses, aí a mãe ligou pra eu vir pra cá” (F.A).

Sobre o trabalho precoce, Lima (2000, p. 17), esclarece que pode ocorrer por diversos motivos

[...] entre esse motivos a concentração de renda nas mãos de poucos e a pobreza que dela resulta, e a necessidade de complementar a renda familiar. [...] em épocas de crise como a que vivemos hoje, com o aumento do desemprego, da informalidade nas relações de trabalho e aprofundamento das desigualdades sociais, o resultado é um recrudescimento da exposição precoce ao trabalho.

Gomes (1990 apud Lima 2000, p. 20) ainda contribui

[...] em termos de localização na estrutura ocupacional, as crianças e os adolescentes tendem a trabalhar elevado número de horas semanais e a receber baixos salários, pouco dispendo de cobertura previdenciária. Neste particular, há evidências de que adolescentes e jovens em geral freqüentemente trabalham sem carteira assinada e são vítimas expressivas do subemprego.

O ambiente de trabalho, quando cedo demais pode trazer a constante renúncia aos desejos e os verdadeiros interesses, ou seja, quando a criança ou o adolescente exposto à



um ambiente precoce de trabalho, acaba por construir uma imagem adversa do que o trabalho deve ser, pois acaba por achá-lo insuportável, já que é rodeado por valores de submissão e produtividade. Ante isto, Lima (2000, p. 18) acrescenta “[...]Não se trata de uma mera adaptação das características e condições de trabalho às características das crianças e adolescentes mas de como trabalhar pode afetar a construção de um indivíduo que se quer saudável e produtivo”.

Objetivando identificar quais dos adolescentes estão trabalhando atualmente, verificou-se que um único adolescente trabalha no momento, conforme ilustra abaixo:

#### Trabalha Atualmente

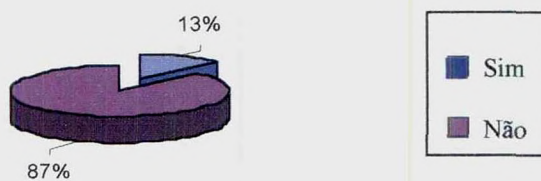


Ilustração 4: Trabalham atualmente.  
Fonte: Dados Primários (2004)

A fala do adolescente, demonstra o trabalho com algo penoso em que é exposto, quando questionado se está trabalhando e em que função.

“Tô, nas empreitadas lá no morro. Lá eles tão fazendo banheiro pra comunidade, daí eu tô ajudando fazer” (F.A).

À este respeito, Oliveira (1994, p. 71 ) descreve

[...] Uma atividade pode ser penosa para o adolescente ou para uma pessoa idosa e não ser para um adulto de meia idade. Essa relatividade aparece um norma que proíbe que o adolescente seja empregado em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 quilos,

para trabalho contínuo ou 25 quilos para trabalho ocasional. Penoso é, assim, o trabalho que exige um desprendimento de força muscular não proporcional ao desenvolvimento físico ou que possa compromete-lo.

No tocante à esta fala, tem-se implícito de que as leis não estão sendo respeitadas, como já afirma a Constituição Federal 88, artigo 7 ° parágrafo XXXIII, no que tange a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos.

Gomes (apud Lima 2000, p. 20) relata que

Considerados aparentemente trabalhadores de última classe, os jovens são freqüentemente explorados em atividades que exigem baixo nível de qualificação, ou nenhuma qualificação, de caráter lícito ou não. Em muitos países, o grupo é alvo preferencial do desrespeito às leis trabalhistas”

A partir da Revolução Industrial, ficou-se conhecendo de forma mais exacerbada o trabalho de crianças e dos adolescentes nas fábricas. Esta realidade veio à implicar em efeitos de condições desumanas, onde jovens trabalham sob condições não dignas e desumanas, não conhecem seus direitos garantidos, muitas vezes privam-se da escola e da uma formação profissional adequada, o que pode ocasionar a impossibilidade de melhores condições de vida e de uma futura profissão.

Da indagação sobre o desejo ou o pensamento de já terem escolhido uma profissão, as respostas alcançadas foram:

#### **Já pensou na profissão que quer seguir**

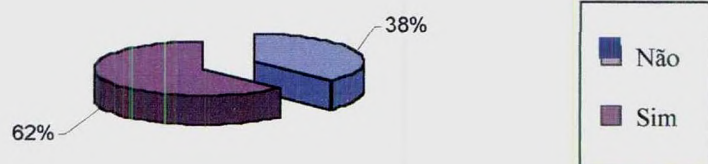


Ilustração 5: Já pensou na profissão que quer seguir  
Fonte: Dados Primários (2004)



Ainda com relação a esta questão, é importante destacar que dos adolescente que responderam sobre a profissão que gostariam de seguir, os seguintes relatos foram mais expressivos:

- “Talvez eu vou trabalhar na área de informática que nem meu irmão” (AP).
- “Por enquanto eu tava pensando agora final do anos eu vou fazer a prova da Escola Técnica, que quero fazer técnico em computação, e depois fazer uma Universidade de Ciência da Computação. É mais assim, sei lá, eu não sei eu consegui passar na prova da Escola Técnica aí, eu vou seguir meu objetivo, e se não conseguir eu vou procurar outro caminho que eu consigo, mas a área de computação me interessa, até meus amigos dizem que é muito legal, então eu tô me interessando” ( R.O.N).
- Já pensei um pouco assim, em várias coisas, tipo pensei em ser veterinária, ninguém me influenciou eu mesmo, eu também queria seguir carreira civil assim, ser policial civil, tem que fazer vários curso já me informei também” (D.R.S).

É interessante frisar que a maioria dos adolescentes conseguiram estabelecer, uma meta à uma futura profissão, mas àqueles que se posicionaram mais seguros no depoimento, na percepção desta pesquisadora foram àqueles que no momento freqüentam a escola, e que desta forma conseguem visualizar projeções futuras.

#### **\* Curso PIT –CIEE**

A respeito do curso PIT-CIEE inicialmente, Indagou-se ao adolescentes que mudanças foram proporcionadas aos mesmos através cumprimento do curso. Nas falas a seguir, tem-se percepção de que o curso foi absorvido por todos como uma questão de aprendizado.

- “Ah!, ele me trouxe assim várias maneiras assim de saber como é que é o começo assim de um trabalho, foi melhor eu te aprendido” (C.P.M).
- “Ah!, me proporcionou sabedoria, diálogo e menas timidez” (A.P).
- “Ah! bastante coisa, como se comunicar com as pessoas, que eu era bem quieto antes. Aprendi várias coisas, como deve se comportar, um monte coisa legal” (M.R.C).
- “Eu aprendi muita coisa com o curso do PIT, proporcionou abertura pra mim iniciar. Quando eu chegar e fazer uma entrevistas pra emprego já tô sabendo como me comportar, me vestir, antes eu não fazia idéia de nada disso, então agora eu já tô fazendo uma idéia” (R.O.N).
- “Me proporcionou assim, pôs as minhas idéias no lugar, entendeu? Assim, do que tu pode ser do que tu pode se atualizar. Eu era mais fechada, assim no meio do público tal, e eu cheguei já, não o negócio é eu me abrir falar o que eu penso. Sentava em grupo eu chegava e falava, era a primeira a fazer os negócios, tudo fez com que eu me abrisse, fosse mais ágil assim” (D.R.S).

Para Oliveira ( 1994, p. 89) o momento de aprendizagem é o

da formação inicial, porque é o primeiro programa completo que conduz o exercício de uma profissão e também, porque é uma forma essencial de aquisição de capacidades. [...] a aprendizagem é, pois, a fase de um processo educacional alternada e metódica sob orientação de um responsável.

Pode-se verificar que as respostas obtidas em relação as mudanças que o curso proporcionou estão interligadas. Percebe-se que os pontos mais destacados foram: a superação da timidez, a questão do respeito ao círculo de pessoas em que passaram a conviver e que após o curso utilizarão em suas vidas, e principalmente a visão em perceber que são possuidores de capacidade para a realização em atividades diversificadas. Como demonstra as falas:

- “Eu tinha vergonha no começo, mas depois eu fui me acostumando” (C.P.M).



- “Ah!, agora é mais fácil para mim conversar com as pessoas, dialogar essas coisas assim” (A.P).
- “Ah! muita coisa, bastante a aprender a respeitar os outros, que antes eu não respeitava, a pensar antes de fazer as coisas” (M.R.C).
- “Na hora de preencher currículo, para falar assim, pra fazer entrevistas, fiquei mais solto”(M.A.S.L).
- “Eu mudei o meu modo de comportamento, até porque antes eu era todo, como que eu posso dizer, sei lá ! largado assim, eu não prestava atenção no modo de eu agir” (R.ON).
- “Tipo, eu achava que eu era né? Não tinha capacidade pra isso, mas não é só pensar um pouco assim que tu consegue mesmo, né?. Fiquei muito melhor do que eu era antes, eu era fechada e tímida” (D.R.S).

Em relação ao PIT-CIEE, ter ajudado na busca pelo primeiro emprego as respostas obtidas foram:

#### O curso ajudou na busca pelo primeiro emprego



Ilustração 7: O curso ajudou na busca pelo primeiro emprego.

Fonte: Dados Primários (2004)

No que tange ao gráfico apresentado obteve-se as seguintes respostas:

- “Ainda não, tô esperando, eles falaram que vão ver, vão encaminhar os papel para as empresas para ver estágios essas coisas, só que até agora nada” (A.P).
- “Não ainda não. Porque eu não tive uma oportunidade ainda de trabalhar né? Ainda não me chamaram” (M.A.S.L).
- “Ajudou, ainda tá ajudando, sei lá eu tô indo atras, só que por enquanto não consegui nada, mas assim tô correndo atras, não pretendo desistir tão fácil” (R.O.N.).

- “Ajudou porque as coisas que eles me ensinaram lá eu vou poder usar quando começa a trabalhar, ajudou a perceber que eu sou capaz”(D.R.S).

Cabe registrar que mesmo alguns adolescentes tendo declarado, que o CIEE não ajudou na busca pelo primeiro emprego, quando foi questionado se os mesmos haviam se sentido mais inserido no mercado de trabalho, as respostas foram sempre pautadas em que o curso estendeu possibilidades que antes os adolescentes não possuíam, mas que ele não é o único meio de entrar neste mercado, é preciso entre outras coisas estar estudando.

As falas abaixo esclarecem:

- “As possibilidades vão ser melhor com certeza porque lá eu aprendi bastante né? Coisas que eu não sabia, agora eu sei é. Não sabia fazer currículo, agora eu sei, lá eu aprendi bastante coisa para o primeiro emprego” (C.P.M).
- “Agora eu tô mais preparado, tô um pouco mais inserido e um pouco preparado” (M.A S.L) .
- “Não, daí tem que tá fazendo outras coisas né cara? Os estudos porque eu não tô estudando e atrapalha um pouco, só o curso não adiante” (M.R.C).
- Não sei até agora não fui em nenhum lugar para fazer entrevista né? Não tive oportunidade acho que, porque não tô estudando” (R.C).
- “Também não depende assim por eu ter feito o curso eu vou tá inserido. Depende mais de mim, porque se correr atrás tudo se consegue, se a pessoas correm atrás do seu objetivo tudo se consegue só que eu não tinha o conhecimento certo, depois de ter feito o PIT eu já tô sabendo alguma coisa que vão me ajudar no meu objetivo”(R.O.N).
- “Sim, porque com as dicas eu tive eu vou estar mais inserida, porque eu vou poder usar essas dicas na hora de uma entrevistas por exemplo” (D.R.S).

Com a conclusão do curso e frente aos entrevistados, em relação a confiança em conseguir uma vaga no mercado de trabalho, tem-se abaixo o percentual das respostas.



### Confiança em conseguir uma vaga no mercado de trabalho

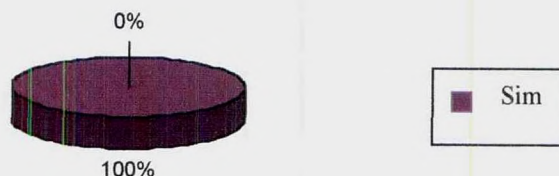


Ilustração 8: Confiança em conseguir uma vaga no mercado de trabalho  
 Fonte: Dados Primários (2004)

Mediante o gráfico exposto, faz-se necessário, expor as seguintes falas dos adolescentes:

- “Antes do curso eu não tinha confiança porque eu não sabia nada, agora eu sei, porque a gente aprendeu o que que um escritório tem, como se trabalha estas coisas assim” (C.P.M).
- Agora eu tenho, porque agora eu fiz o curso e já me preparei. Antes não tinha nenhum preparo, não sabia como que era. Eles fizeram vários trabalhos assim de pesquisa mandou nos ir em vários lugares. Antes eu não sabia nada disso, a gente foi na papelaria, procurar onde faz a carteira de trabalho, CPF, Título de Eleitor. Aprendemos como lidar com o escritório, essas coisas” (AP).
- “Confiança eu sempre tive só que a confiança não era tão, como que eu posso dizer, a confiança era em conseguir um trabalho não a confiança em mim, agora após eu ter feito o PIT, eu consegui ter confiança em mim e ao conseguir um trabalho” (R.O.N).
- “Hoje eu sou mais cofiante em mi, sei que se for fazer uma entrevista vou conseguir me sai bem por causa das dicas que eu tive” (D.R.S).

O pressuposto básico que percebe-se em relação as contribuições que o curso proporcionou aos adolescentes, é sem dúvida alguma de que contribui de forma significativa no que tange os conhecimentos adquiridos e em relação a auto-confiança, que agora depositam à sua pessoa.

Todavia, embora as respostas tenham sido positivas, cabe mencionar que o ideal ainda seria que este projeto pedagógico, de estar ensinando aos adolescentes as maneiras de como lidar com o campo do trabalho, deveria também dispor de condições de estar inserido todos àqueles que participaram do curso ao mercado de trabalho, visto que este caminho vem sempre acompanhado da promoção da cidadania.

Oliveira (1994, p. 158) observa,

A dificuldade, é todavia, maior porque a maioria dos adolescentes que são objetos de programas sociais é vítima de uma marginalização social intensa e extensa. Há marginalização social quando, em determinado estágio cultural a sociedade propicia “bem estar”, ou seja saúde, educação, escola, habitação, lazer, trabalho, seguridade social, [...] condições de exercício da cidadania a uns e, praticando um *apartheid* social, nega a outros. Triste situação quando esses “outros” representam maioria.

Diante esta realidade, os adolescentes devem incorporar a consciência de que trabalho e escola devem estar ligados, pois é certo que o mercado de trabalho possui exigências mínimas e um adolescente com a escolaridade “esfarrapada”, sem nenhuma orientação profissional, não tem condições junto à ele.

Outra indagação direcionada aos adolescentes, refere-se as dificuldades encontradas no curso e neste quesito a maioria dos adolescentes informou que sentiram algumas dificuldades e que podem ser ligadas correlacionadas ao quesito educação. Isto porque, a grande dificuldades está na comunicação e expressão, que inclui a escrita, quando em determinados momentos do curso foram solicitados a redigir uma redação.



### Sentiu dificuldade no curso

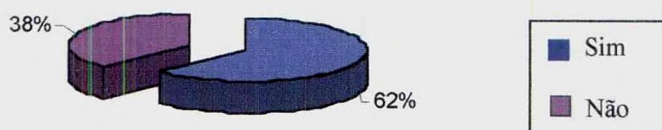


Ilustração 9: Sentiu dificuldade no curso  
Fonte: Dados Primários (2004)

Neste sentido Abramowicz (1997, p. 21) relata que

O sistema escolar produziu e continua produzindo suas disciplinas, suas grades, e se limita a ensinar suas próprias produções e aprovar e reprovar com base em critérios de precedência que ele mesmo definiu como mínimos para transitar no seu próprio curso, percurso-escolar.

Deste modo, o sucesso ou fracasso escolar, é neste sentido ligado às dificuldades em que os adolescentes encontraram no curso. Isto significa que, são dificuldades produzidos pelo sistema de ensino, pois na definição de normas em cada disciplina a escola define níveis de aprendizagem e de avaliação. Aos que se adaptarem possuem sucesso, àqueles que não conseguem acompanhar determinado ritmo são considerados fracassados e reprovados. Mas, se houvesse a extensão de trabalhar e reavaliar características particulares num espaço escolar, a realidade talvez seria inversa.

### 3.2.2 Análise de dados com as empresas

Terminando a etapa de questionamento aos adolescentes, inicia-se neste momento a etapa direcionada às empresas.

No quesito tempo de parceria CIEE- PMF, tem-se o gráfico que ilustra o tempo em que as empresas optaram por realizá-la. Deste modo:

### Tempo de parceria firmada com o CIEE

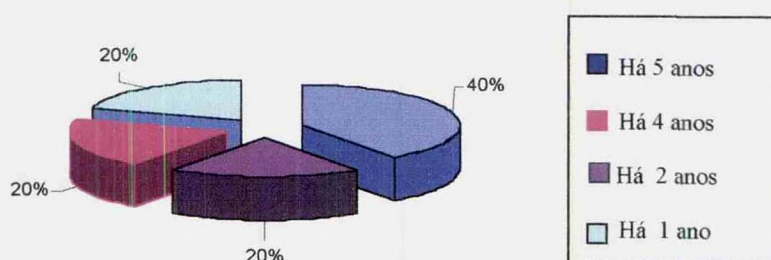


Ilustração 10: Tempo de parceria firmada com o CIEE.  
Fonte: Dados Primários (2004)

Mediante o tempo de parceria conhecido, indagou-se o principal motivo da parceria e do porquê contratar adolescentes. O gráfico abaixo ilustra este dado:

### De surgiu a iniciativa de contratar adolescentes

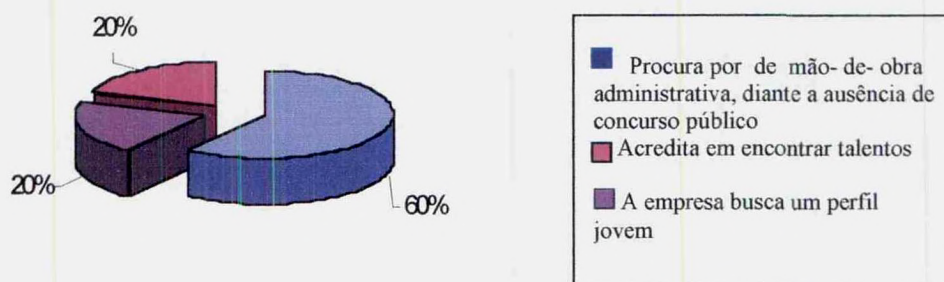


Ilustração 11: De onde surgiu a iniciativa de contratar adolescentes.  
Fonte: Dados Primários (2004)

Com base no exposto, é possível observar que a maioria das respostas das empresas relaciona-se a busca mão-de-obra qualificada, o que muitas vezes tem seu uso atribuído à mão-de-obra barata, observando que o adolescente precisa realizar tarefas



- “A iniciativa partiu da necessidade de mão-de-obra qualificada, tendo em vista que o corpo de funcionários esta diminuindo pela falta de concurso público para preencher os cargos em aberto” (L.M.M).
- “A necessidade deste órgão devida a deficiência de pessoal na área administrativa” (C.M.P.F).

No que tange a esta temática Pochmann (200, p. 66) afirma que

Mesmo considerando a hipótese de que a empresa tenda a identificar uma desvantagem na contratação do jovem frente ao trabalhador adulto, toda vez que o custo do trabalho for equivalente, pois supõe-se que o jovem possua menor produtividade e nível de qualificação inferior, há controvérsias. Isso porque não é comum a existência de salários homogêneos entre trabalhadores adultos e jovens.

No que se refere a imagem que a empresa tem em relação ao adolescente trabalhador, algumas respostas obtidas foram:

- “Surpreendente! Em nossa empresa temos funcionários que superaram as expectativas” (M.C).
- “Um público muito ativo, cheio de energia e disposição para o aprendizado” (T.R.S).
- “Pessoalmente acho fundamental essa iniciação para que se tenha um jovem engajado e com a percepção da relação trabalho X vida pessoal” (B.O).

Sabe-se que o adolescente, mesmo passando por um momento de transição entre a vida de criança para a adulta, e que muitas vezes esta passagem pode ser conflituosa, este é o momento em que suas aptidões devem ser exploradas. E na maioria das vezes, quando isto ocorre é possível verificar os resultados positivos, como percebe-se nas falas já citas.

Além disto, a relação mencionada na terceira fala entre trabalho x vida pessoal, tende a vir como ponto positivo, no que tange ao senso de responsabilidade em que o

adolescente é submetido, bem como o modo em que passa a relacionar-se com as pessoas à sua volta.

Aliás, sobre as relações interpessoais na empresa, a pesquisa revela que na totalidade são pautadas na valorização do adolescente e acompanhadas através do Recursos Humanos da Empresa.

No quesito capacitação nas empresas, com as respostas obtidas tem-se a seguinte percentagem:

#### **A empresa proporciona capacitação**

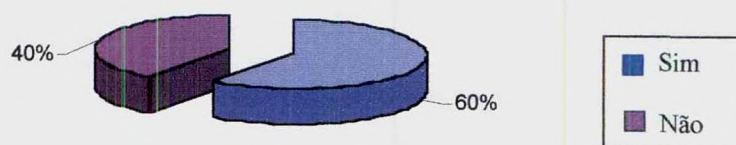


Ilustração 12: A empresa proporciona capacitação.  
Fonte: Dados Primários (2004)

As empresas que proporcionam capacitação têm como intuito treinar o adolescente de acordo com as expectativas da atividade da qual irão prestar. Desta forma, é imprescindível a ligação deste quesito ao primeiro capítulo do presente trabalho, quando menciona-se de que as empresas muitas vezes tendem à qualificar o empregado de acordo com as exigências que o mercado vem solicitando. Isto, por sua vez, contribui para que o trabalhador esteja a cada dia obtendo uma qualificação mais aguçada, e que de certa forma tende à contribuir de forma significativa à empresa também.

Em relação à este ponto, evidencia-se as falas:

- “A empresa proporciona cursos de treinamento voltados ao atendimento e conhecimentos de produtos” (T.R.S).



- “Sim, capacitação voltada para a área de atuação. Realizado a partir da identificação da necessidade x curso à altura. Sem periodicidade definida” (B.O).
- “Sim. Nos primeiros dias são treinados para a função e diariamente são orientados por funcionários indicados para a realização das rotinas” (M.C).

Quando indagado se a empresa possui regras, a obtenção das respostas deu-se da seguinte forma:

#### **A empresa possui regras**

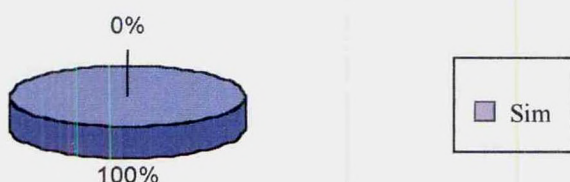


Ilustração 13: A empresa possui regras.  
Fonte: Dados Primários (2004)

Estas regras, em sua maioria são relacionadas de acordo com o ambiente do qual o adolescente trabalha e são fornecidas no momento de contratação, mas também em um processo de observação/percepção na empresa. Algumas empresas entrevistadas trabalham diretamente com o público, por isso o uso do uniforme é obrigatório, para a identificação do funcionário no ambiente de trabalho.

Na falas tem-se:

- “Orientamos que tipo de roupas é apropriada na empresa” (M.C.).
- “Horário, roupas adequadas, usos de telefone, Internet, etc” (L.M.M).
- “É colocado a importância da comunicação e o uso do uniforme” (T.D.S)

Todas as empresas responderam ter um supervisor responsável pelo adolescente trabalhador, que lhe auxilia e acompanha nas tarefas realizadas dentro da empresa. Desta forma, com este acompanhamento prestado, é fato de que o adolescente vai absorvendo as tarefas de forma mais clara, pois pode contar com alguém que lhe serve de referência.

O acompanhamento, no tocante à qualificação do adolescente é sem dúvida um ponto positivo à sua formação profissional, assegurando-lhe um grande espaço de crescimento profissional, mas também pessoal, pautada no sentido de incorporar responsabilidade e maturidade neste processo de aprendizagem.

Outro questionamento importante destinou-se a identificar o perfil do adolescente trabalhador que as empresas visam contratar. A exigência em relação à escolaridade apresenta-se da seguinte forma:

#### **Escolaridade exigida pelas empresas**

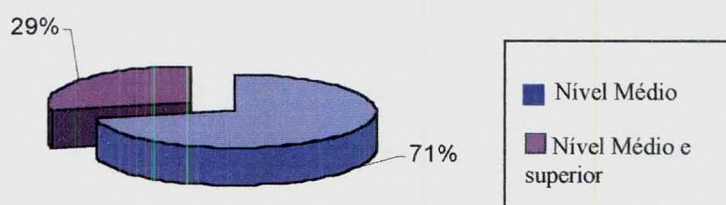


Ilustração 14: Escolaridade exigida pelas empresas.  
Fonte: Dados Primários (2004)

De acordo com o gráfico percebe-se que todas as empresas exigem que o adolescente esteja cursando o ensino médio, e dentre elas somente uma exige que o adolescente esteja na segunda série do ensino médio.

Neste sentido, se este é o perfil de escolaridade que as empresas exigem, é possível verificar conforme disposto na tabela 1, a escolaridade dos adolescentes encaminhados para realizarem o curso. Ou seja, dos 8 adolescentes entrevistados somente três estão



estudando, dois no ensino fundamental e 1 no ensino médio. Assim, se fosse levar em consideração a empresa que exige a segunda série do ensino fundamental, nenhum dos adolescentes possuem possibilidade de serem engajadas ao mercado de trabalho.

Em relação à idade:

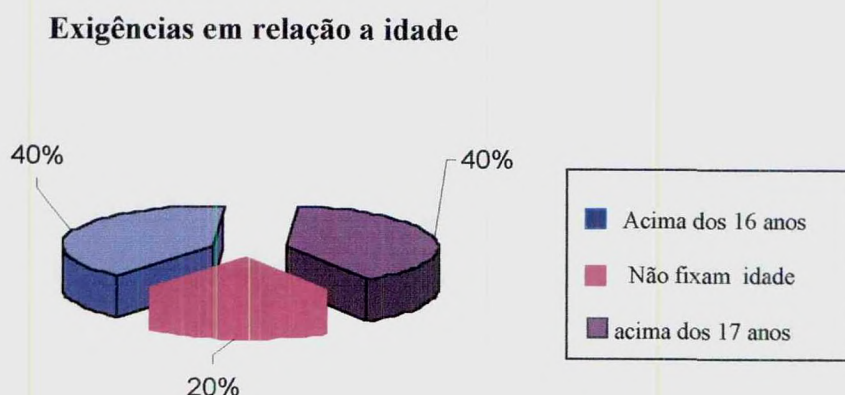


Ilustração 15:: Exigência em relação a idade.  
Fonte: Dados Primários (2004)

A exigência da idade está pautada na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000, haja vista que considera como sendo proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, garantido-lhe a formação técnico-profissional, compatibilizando seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Oliveira (1994, p. 66) contribui,

Não basta, todavia, saber os limites cronológicos que as leis estabelecem como idades mínimas, se não atender a sua teleologia ou as seus “fins sociais” às exigências do “bem comum” que ela visa, sem atentar, conseqüentemente, para o valor ou valores que ela preserva. Ao fixar a idade mínima de admissão ao trabalho, o direito estabelece uma linha divisória de maior importância, ou seja, abaixo dela o trabalho é proibido e, acima dela, o trabalho é permitido.

Segundo Oliveira (1994) algumas pesquisas empíricas revelam que há grande número crianças trabalhando antes dos 12 anos e adolescentes antes dos 14 anos

trabalhando fora de um regime de aprendizagem. A justificativa das proibições de trabalhar antes dessa idade (14 anos) é pautada na verificação de que nesta fase a criança e o adolescente estão em um estágio de desenvolvimento físico e psicológico.

Quando questionado se o adolescente deveria possuir conhecimentos em outras línguas, todas as empresas responderam que não, mas que no entanto o adolescente deve possuir boa fluência verbal.

Em relação ao adolescente possuir conhecimentos em informática, obteve-se o seguinte resultado diante os questionamentos:

#### Conhecimentos em informática

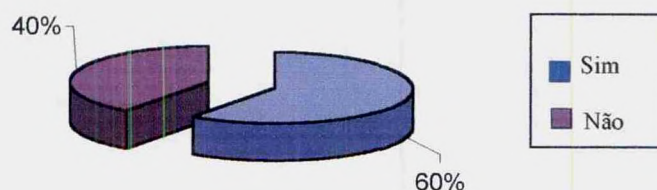


Ilustração 16: Conhecimentos em informática.  
Fonte: Dados Primários (2004)

A partir do gráfico exposto, é possível verificar que 60% das empresas apontaram a necessidade de se possuir conhecimentos em informática, sendo que os conhecimentos exigidos foram: Word, Excel e boa digitação.

Com o gráfico anterior, é possível verificar, que atualmente o processo de inserção no mercado de trabalho vem seguido pela já falada reestruturação produtiva, ou seja, a informatização fazendo cada vez mais parte da vida dos trabalhadores. Assim, tem-se o uso dos micro-computadores para qualquer tarefa que tende a ser realizada nas mais diversas áreas de trabalho, forçando por consequência, a qualificação dos trabalhadores.



Quando questionado sobre a maior dificuldade que as empresas possuem na contratação dos adolescentes, apenas uma mostrou dificuldade, conforme a fala do responsável abaixo:

- “A maior dificuldade está na baixa qualidade de ensino. Há uma grande dificuldade de contratarmos estagiários como o mínimo pedido (perfil)” (M.C).

Com esta fala, entende-se que mais uma vez é necessário retornar a discussão sobre a educação no Brasil e a falta de incentivo, que desmotiva os adolescentes à estudarem e se aperfeiçoarem e por consequência à serem inseridos no mercado de trabalho.

Pochmann (2000, p. 29) contribui à esta discussão quando afirma que

[...] Seria interessante avaliar a contextualização do ensino à experiências de vida dos jovens, a partir de criação de espaços de aprendizagem [...] tudo isto parece possível no Brasil, mas exige uma versão nas prioridades governamentais. Além das mudanças necessárias no modelo educacional e no conteúdo da aprendizagem a elevação no gasto com a educação nacional. No Brasil a menor atenção dos gastos governamentais com a educação, em relação aos países ricos, termina representado ainda mais uma grande barreira ao avanço educacional e à superação das condições impostas pelas inovações técnicas e informais.

Visando encerrar a discussão, em relação as empresas e o adolescente que as mesmas esperam contratar, questionou-se sobre a contratação de um adolescente com o perfil da empresa desejado, mas que no entanto tinha praticado algum ato infracional. Buscava-se a partir deste questionamento verificar a contratação aconteceria do mesmo jeito. O próximo gráfico evidencia o percentual das respostas:

### Contrataria adolescente com perfil da empresa, mas que cometeu ato infracional.

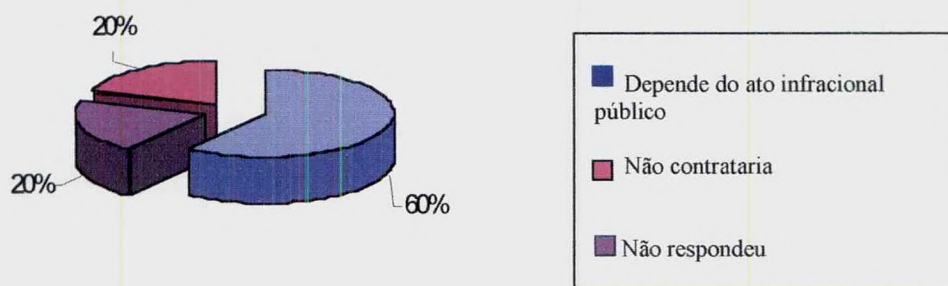


Ilustração 17: Contrataria adolescente com perfil da empresa, mas que cometeu ato infracional.

Fonte: Dados Primários (2004)

Quanto a esta questão, abaixo são apresentados os argumentos utilizados pelos responsáveis das empresas:

- “A empresa hoje possui um quadro gestor composto por 4 colaboradores, além da diretoria. Não conheço a opinião das demais. Acredito que em meio a tantas pessoas haveria um conservador com restrições. Também depende do “ato” que o adolescente cometeu” (B.A).
- “Vai depender do ato cometido. Todos merecem uma segunda chance” (L.M.M).
- “Depende muito de qual ato infracional” (M.C).
- “Não. O jovem trabalhador deve cumprir todas as regras impostas ao demais” (T.R.S).

Antes as falas, Volpi (2002, p. 62) menciona que

O número de atos infracionais praticados por adolescentes, quando comparados aos da população adulta infratora é reduzido; e os atos infracionais mais graves, como o latrocínio, o estupro e o homicídio representam, um percentual pequeno em relação aos atos infracionais praticados contra o patrimônio, que se compõem sua maioria segundo o estudo do GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica para Organizações Populares), de furtos de relógios, bolsas e alimentos em supermercados.



A grande questão desta discussão é em relação ao ato infracional cometido, e que de certa forma incide “medo” nas pessoas, em relação à periculosidade que poderão estar expostos. Mas, segundo Volpi (2002) esta periculosidade, muitas vezes transforma-se em mito, visto a verificação de que a maioria dos atos infracionais cometidos são contra o patrimônio e pequena parcela contra a pessoa humana. Um estudo realizado, pela Segunda Vara de Infância e Juventude do Rio de Janeiro no ano de 1995, mostra que os atos infracionais cometidos contra o patrimônio representam 75% em contraposição aos 10% cometidos contra a pessoas.

### **3.2.3 Análise de dados com os monitores**

A partir deste momento, apresenta-se a análise de dados com os monitores que inicia com o seguinte quesito:

#### **\* Desempenho dos adolescentes em Liberdade Assistida no curso PIT em relação ao outros adolescentes.**

Na sequência, tem-se os relatos obtidos:

- “Esta resposta é muito relativa, tendo em vista o fato de cada adolescente ter tido o seu próprio desempenho. Entretanto, de uma forma geral, posso dizer que em relação aos outros adolescente (que tiveram excelente desempenho) os adolescente em Liberdade Assistida se dividiram em dois grupos: o grupo dos que só queriam conversar, fazer bagunça e não tinham interesse aparente pelo curso, mas estavam lá talvez para terem o que fazer e o grupo dos adolescentes que até tinham, dificuldade em compreender o que exata sendo trabalhado em sala de aula, mas que se esforçaram bastante” (P.P).
- “O desempenho de tais alunos foi surpreendente, quase todos demonstraram muito interesse e força de vontade, participando ativamente” (F.S.L).

Em observação às respostas, tem-se claramente o tratamento diferenciado aos adolescentes em Liberdade Assistida, no curso de Preparação para o Primeiro Emprego. Ou seja quando trata-se alguém como “diferente” de certa forma, o está “excluindo” e isto percebe-se na primeira fala, quando a monitora refere-se aos “outros” adolescente, os que não cumprem medida sócio-educativa de Liberdade Assistida. Na visão da monitora, estes obtiveram um ótimo desempenho.

Continuando esta discussão, na segunda fala explana-se o resultado apresentado pelos adolescentes como surpreendente, cabendo indagar, surpreende porquê? Porque são adolescentes em conflito com a lei? Será que os outros adolescente também foram surpreendentes?. Esta é uma questão que deve-se repensar, pois o estigma da sociedade em geral ainda é muito presente em relação aos adolescentes autores de atos infracionais. Ressalta-se que a todo o momento, é preciso estar provando para alguém que este adolescentes são capazes, enfim, é preciso buscar a destigmatização dos mesmos, principalmente no que tange à área de educação escolar, que como já colocado nesta análise é necessário um atrativo que possa instigar estes adolescentes à tomarem gosto por ela.

#### **\* Das dificuldades encontradas em relação aos adolescentes encaminhados**

- “Alguns adolescentes em Liberdade Assistida apresentaram muita dificuldade com relação ao temas debatidos, dificuldades na escrita e na fala. Alguns não sabiam escrever corretamente e tinham dificuldade em “colocar no papel” o que estavam pensando; outros tinham muitos problemas com o “falar em público” se recusavam a apresentar um trabalho na frente do grande grupo, pois alegavam não saberem falar, embora durante as aulas conversassem paralelamente e alto” (P.P).
- “Dificuldades que são comuns aos jovens de maneira geral” (F.S.L).



Quando questionou se os adolescentes apresentaram alguma dificuldade no decorrer do curso, coincidentemente as respostas obtidas se uniram, ou seja, a maior dificuldade apontada também pelos adolescente foi na hora de “colocarem no papel” o que estavam pensando. Assim, na segunda fala, verifica-se que estas dificuldades são atribuídas aos adolescentes em geral, cabendo aqui abrir parênteses à uma discussão, a de que não são somente adolescentes que possuem dificuldade em escrever ou falar em público, e da mesma forma, não são só aqueles que possuem conflito com a lei que possuem esta dificuldade. Isto ocorre com mais frequência do que imagina-se. Mas, na adolescência torna-se mais “complicado”, considerando o fato de ser uma idade em que se está rodeado por conflitos internos e com o meio em que vivem, pois o adolescente está num processo de construção de sua personalidade.

O educador deve procurar compreender que adolescente não é tão criança, mas que ainda não é um adulto. Assim, no trato com o adolescente deve tentar conquistar sua confiança através do diálogo, da amizade, do companheirismo.

**\* Diante as expectativas que os monitores esperaram dos adolescentes, e a avaliação do resultado final.**

A principal expectativa relatada pelos monitores foi a inserção dos adolescentes ao mercado de trabalho, ou seja, prepará-los no que tange à esta realidade.

Como resultado final do curso, os monitores avaliam como positivo, pautados na observação de que os adolescentes conseguiram concluir o curso com êxito.

As respostas evidenciam este argumento:

- “Assim como os demais adolescentes, o CIEE espera que sejam inseridos no mercado de trabalho, assim como alcancem a

aprendizagem proposta e se sintam mais seguros. O resultado foi positivo” (F.S.L).

- “Buscamos como com os outros adolescentes, prepará-los para o mercado de trabalho. Quanto ao resultado final alcançado, observei que alguns deles saíram esperançosos com a possibilidade de conseguirem um estágio, também manifestaram o interesse em fazer outros cursos. Isso é muito significativo” (P.P).

As respostas esclarecem que o curso PIT pôde proporcionar aos adolescentes a exploração de suas aptidões, isto deu-se por efetivado quando nas entrevistas com os adolescentes, os mesmos relataram que através do curso puderam sentir-se mais preparados à realidade do mercado de trabalho, que atualmente configura-se pela excessiva competitividade e qualificação. Assim, da mesma forma tem-se transcrita nas falas dos monitores, de que a esperança de conseguir um estágio já é algo que pode vir como estímulo à realizarem outras tarefas e outros cursos, talvez o retorno à escola.

#### **\* Da percepção sobre as relações interpessoais:**

- “As relações foram muito positivas. Nem os demais alunos (e no início, nem eu mesmo) sabiam do fato de aqueles adolescentes terem cometido atos infracionais. Isso talvez tenha beneficiado na aceitação imediata ente o grande grupo” (F.S.L).
- “A princípio, percebia um certo “evitamento” dos demais adolescentes em, se relacionarem com os adolescente de LA. Entretanto, cabe assinala que os outros integrantes do grupo não sabiam que aqueles adolescentes estavam em LA. Esse distanciamento se dava por outras questões como por exemplo: porque eles falavam alto demais, conversavam durante as aulas, atrapalhando o rendimento da mesma. Porém, com o passar dos dias, foram sendo desenvolvidas atividades em equipes, e modificava-se constataste a formação das mesmas, os adolescentes eram “forçados” a se relacionarem. Por fim, na última semana estavam todos integrados no último dia houveram comentários tipo: “eu aprendi a gostar de todo mundo aqui”, “eu pensava algumas coisas de certas pessoas, mas com o passar dos dias pude ver que não tinha nada a ver” (P.P).

Observa-se novamente nestes respostas a questão de lidar com o “diferente”, mas percebe-se que isto pôde ser superado. Na entrevista com os adolescentes, alguns pontos



citados nestas falas foram percebidos também por eles, como o exemplo das amizades criadas no grupo criadas ao longo do curso.

**\* Da dificuldade no aprendizado.**

- “A dificuldade de aprendizagem não é restrita somente à este adolescentes, visto que o público que compõe os cursos são de origem humilde e com uma história escolar complicada. A maior dificuldade talvez resida na leitura, coisa que explicitamente não gostam” (F.S.L).
- “Eles tinham muita dificuldade de aprendizagem e apresentavam um certo déficit de atenção. Era muito difícil discutir e prestar atenção nas aulas, para que isso acontecesse os temas discutidos tinham que ser apresentados de forma muito criativa” (P.P).

Na discussão deste ponto, para Martins (1997, p. 97) ,

[...] a alfabetização é trabalhada no sentido de codificação e decodificação, não se tornando uma coisa prazerosa mas chata e monótona. É um processo muito sofrido para grande parte dos alunos. Eles não lêem ou escrevem por prazer ou para descobrir coisas novas, eles lêem e escrevem para cumprir um “norma” da escola. [...] os alunos que “fracassam” detestam ler ou escrever porque estes atos fazem lembrar a escola e, pensar nela é recordar os momentos de anulação, de sofrimento, de medo e de revolta.

A questão educacional está muito ligada à maioria das atividades cotidianas, é fato que os adolescentes entendem que ela é pré-requisito à inserção ao mercado de trabalho. Todavia, muitas vezes a educação escolar só é assimilada quando tem-se a situação da não concretização/inserção à ele, porque é assim que ela é vista pela maioria das pessoas, como um instrumento para a aquisição de um emprego.

### **\* Da dificuldade em encaminhar os adolescentes ao mercado de trabalho**

- A maior dificuldade é o próprio mercado de trabalho, que é “cruel e muito exigente” (P.P).
- Penso que seja o fato de muitos adolescentes não freqüentarem a escola” (F.S.L).

No que tange as falas Martins (1997, p. 18) contribui

Com o desenvolvimento das relações capitalistas tornou-se necessário fornecer conhecimento à todas as camadas sociais, como pré-requisito para o mercado de trabalho, seja pelas exigências da própria produção, ou pela necessidades de consumo que este sistema provoca. Portanto, ampliar a escolarização é condição de sobrevivência do sistema capitalista industrial. E não só ampliar a escolarização, como também adaptá-la aos novos requisitos econômicos e sociais.

A escola, neste sentido, passa a ser um instrumento de transformação, onde assegura o aprendizado, que nos tempos atuais é a condição e o caminho inerente à inserção ao mercado de trabalho.

### **\* Do receio em receber os adolescentes**

- “De meu conhecimento não houve nenhum receio em recebê-los”(P.P).
- “Recebê-los faz parte de nosso trabalho e julgamos ter sido esta uma excelente oportunidade para tais adolescentes. Cabe assinalar que tive um pouco de receio, no sentido de não saber de que forma este iriam se comportar em sala de aula se eram agressivos, entre outras coisas. Acredito que este pequeno receio também pode estar relacionado ao fato desse ter sido o meu primeiro trabalho no CIEE” (F.S.L).

Através das falas tem-se a evidencia de que o curso PIT não foi proveitoso somente aos adolescentes, mas sim aos monitores também, que aos poucos podem estar incorporando junto ao seu trabalho a superação de pré-conceitos em relação àquilo que não conhecem, e que desta forma podem aprender muito.



À este respeito Veronese (2001, p. 6) contribui,

Os adolescentes não caracterizam por serem mais propensos ao cometimento de ações violentas ou por possuírem menor controle de suas atitudes do que os adultos. Seus problemas de conduta concentram-se, na gradem maioria dos casos, em infrações contra o patrimônio, e assim, tende a refletir os problemas de uma sociedade excludente e desigual.

A imagem estereotipada que tem-se dos adolescentes autores de atos infracionais é muitas vezes fruto de uma mídia que os trata como violentos e “delinquentes”, e que de forma alguma os reconhece como seres humanos em desenvolvimento.

**\* Como sugestão um dos monitores colocou sua posição**

- “Acredito ser fundamental antes do encaminhamento dos adolescentes para a realização dos cursos do CIEE verificar a real motivação dos mesmos para participarem desta atividade. Em várias situações estes adolescentes aceitam participar do PIT, pois assim podem sair de casa, ou fazer algo diferente. Entretanto, quando não estão motivados a apreender atrapalham bastante o andamento das aulas” (P.P).

Em relação ao exposto acima, a pesquisadora compreende esta fala, mas registra que à todos os adolescentes encaminhados, foi verificado junto ao mesmo o real interesse de participar do PIT. É certo que alguns iniciaram o curso e desistiram. Todavia, de forma alguma, os técnicos do Programa “forçaram” os adolescentes a praticarem do cursos, acreditando que cada um faz as escolhas de acordo com o que deseja para si, fato este que, alguns adolescentes iniciaram o curso e mais tarde optaram por desistir. De imediato esta opção foi respeitada, reconhecendo assim os seus limites e aspirações.

Ante à discussão, acredita-se que os adolescentes que continuaram o curso e o concluíram tinham realmente interesse em aprender algo a mais à suas vidas. Talvez a

inexperiência, exposta em uma das falas como sendo o primeiro trabalho do monitor no CIEE, tenha trazido as questões colocadas por este.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos propostos neste Trabalho de Conclusão de Curso e após a exposição dos conhecimentos adquiridos junto à literatura utilizada, bem como em função da própria pesquisa empírica, pretende-se neste momento tecer algumas considerações finais que se fazem necessárias.

Inicialmente é preciso considerar no trabalho, que por ora se encerra, de que o mercado de trabalho, vem passando por mudanças. Isto porque a globalização e o processo de reestruturação produtiva são as principais causas da exigência de um trabalhador, que se adeque à um perfil exigido, o que muitas vezes vem rodeado por competitividade e exclusão.

A análise empírica demonstrou que em grande parte os adolescentes perceberam o o estudo como pré-requisito a uma vida financeira estável, isto porque está associado à relação em trabalhar futuramente, como forma de satisfazer suas necessidades e principalmente conquistar sua independência.

No entanto, a escolaridade é algo que precisa ser revista na vida destes adolescentes, já que os dados puderam comprovar que há elevado grau de abandono escolar, bem como significativa discrepância entre idade escolar e cronológica, ocasionada na maioria das vezes pelo alto índice de repetência.

À este respeito Martins (1997, p. 88) acrescenta que

A trajetória do “repetente” se desencontra da dos colegas e consequentemente, no ano seguinte irá integrar-se à turma nova, porém com uma diferença que é extremamente significativa: idade. Sentir-se o “velho” da turma é isolar-se dela e consequentemente da escola.

A experiência de trabalhar, já havia sido vivenciada por muitos dos adolescentes entrevistados, todavia constatou-se que ocorreu de forma, na maioria das vezes informal e

precoce, sem garantias previdenciárias e voltados à aprendizagem, como elenca o Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000.

O curso PIT-CIEE, apesar desta pesquisadora perceber que algumas vezes uma das monitores teve certa dificuldade em lidar com o “diferente, mostrou que foi muito significativo, e que realmente dá indícios de ser um excelente curso, fato este evidenciado na fala dos adolescentes que relataram sentir-se mais preparado e confiantes em si em relação ao mercado de trabalho e sua inserção neste.

Porém, ao processo de encaminhamento dos adolescente ao mercado de trabalho, a real dificuldade verificada pelos monitores, dá-se pela exigências do mercado atual, deste modo a escolaridade é uma delas o que de certa forma é o principal entrave à não concretização ao trabalho.

As empresas pesquisadas buscam o adolescente trabalhador, não diferente das exigências que o mercado de trabalho hoje requer, ou seja, que possua conhecimentos em informática, que esteja estudando que seja ativo ao trabalho proposto, dinâmico etc.

Os adolescentes autores de atos infracionais, quando motivados no curso PIT, responderam de forma significativa à este estímulo e como resultado teve-se a melhora de sua auto estima, aliada à delineamento de projeções futuras. Desta forma, pôde proporcionar um elevado grau de confiança nos adolescentes de estarem sendo inseridos no mercado de trabalho. Além de conseguir fazer com que as relações interpessoais fossem exploradas.

No entanto, mesmo com as evidencias de que o curso, sem dúvida alguma contribuiu à estes adolescentes, a principal barreira encontrada no que tange à efetivação em uma vaga no mercado de trabalho, deu-se pelo fato da educação escolar destes estarem em déficit. Diante este fato, é necessário de que seja voltada atenção à este campo, que deve possuir um atrativo adaptando-se à realidade do aluno, e através do espaço escolar ele



possa explorar habilidades e possibilidades futuras, mas para isto precisa sentir-se atraído, e assim descubra o caminho do conhecimento.

Em contrapartida, constatou-se a necessidade de discutir e desmistificar a questão do preconceito em relação aos adolescentes. Algumas falas (das empresas e dos monitores) trouxeram à tona este problema de forma mascarada, mas a pesquisadora acredita que de certo modo esta idéia dá-se pelo desconhecimento em relação à estes adolescentes..

Cabe ressaltar que mediante a falta de oportunidades, a frustração torna-se a principal aliada à estes adolescentes, que muitas vezes acabam por procurar outros caminhos dos que aqueles que muitos “julgam” por corretos. É por isto que o espaço de oportunidades deve ser explorado à construção da cidadania, que segundo Silva (2003, p. 06) é

Pré requisito para a otimização dos espaços democráticos e fortalecimento da sociedade democrática, exige de todos nós conhecimentos científico, criatividade, conduta ética, visão política e sensibilidade para o social. Assim, estaremos criando condições necessárias para o cumprimento da tarefa de construir uma nova racionalidade, radicalmente democrática, nas relações entre Estado e sociedade civil na construção da vida em sociedade.

Por fim, evidencia-se um desafio aos técnicos e estagiários que continuarão atuando ao Programa de Medidas Sócio-Educativas, de que novas parcerias sejam concretizadas, de que continuem priorizando pela inserção do adolescente autor de ato infracional nos diferentes espaços organizacionais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. **Para Além do Fracasso Escolar**. São Paulo. Papirus, 1997

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARRUDA, Marcos.; BOFF, Leonardo. **Globalização: Desafios Sócio Econômicos, Éticos e Educativos : Uma Visão a Partir do Sul**. 2. ed Petrópolis: Vozes, 2001. 207p

BECKER, Daniel. **O que é Adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 1997

BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em :  
<[http://www.camara.gov.br/constituicao/const\\_t10c1.htm](http://www.camara.gov.br/constituicao/const_t10c1.htm)>. Acesso em: 17 de setembro de 2004

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17.943 A – de 12 de Outubro de 1927. **Código de Menores**.  
Disponível em:  
[http://www.risolidaria.org.br/vivalei/outrasleis/cod\\_menor\\_mellom.jsp](http://www.risolidaria.org.br/vivalei/outrasleis/cod_menor_mellom.jsp). Acesso em 17 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 05 de outubro de 1988/ obra coletiva da autoria da Editora Saraiva.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9394, DE 20.12.96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

\_\_\_\_\_. Leis, decretos, etc. **Novo Código de menores**: Lei no. 6697, de 10 de outubro de 1979 São Paulo: Atlas, 1982

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 2. ed São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATAPAN, Araci Hack; THOME, Zeina Rebouças Corrêa. **Trabalho & Consumo: para Além dos Parâmetros Curriculares**. Florianópolis: Insular, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1989.



CIEE. **A Nossa História**. Disponível em: < <http://www.cieesc.org.br/ocieesc.htm> > acesso em: 30 de outubro de 2004.

**COLETÂNA DE LEIS**. Conselho Regional de Serviço Social 12ª região (SC) - 2ª edição. Santa Catarina: CRESS, 2001.

ERICKSON, E. H. **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

GIL, A C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo: Atlas. 1999.

GONÇALVES, R.C. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 1994

IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros. Disponível em: <[http :  
www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).> Acesso em 12 de outubro de 2004

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 3 ed. São Paulo: Altas, 1991.

LIMA, Consuelo Generoso Coelho. **Trabalho Precoce, Saúde e Desenvolvimento Mental**. Anais do Seminário da Região Sul, Proteção Integral para Crianças e Adolescentes: Fiscalização do Trabalho, Saúde e Aprendizagem,, Florianópolis, 18 e 19 de setembro de 2000. Florianópolis: DRT/SC, 2001. pg 17

LUFT, P. Celso. **Dicionário Luft**. 20ª. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MINAYO, C S. **Pesquisa Social: Teorias Métodos e Criatividade**. Rio de Janeiro, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Flores de. **Trabalho do Adolescente: proteção e profissionalização**. São Paulo: Del Rey, 1995.

MARTINS, Rosimari Gonçalves. **Obstáculos à Conclusão da Escolaridade Obrigatória: Um Estudo de Caso**. Florianópolis, 1997. Dissertação [mestrado] - Universidade Federal de Santa Catarina.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado: Como Foram Destruídos mais de Três Milhões de Empregos nos Anos 90**. 2.ed São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

OLIVEIRA, Oris de. **O Trabalho da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTR, 1994.

POCHMANN, Marcio. **A Batalha pelo Primeiro Emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher, 2000.

SAVCHENKO, P. V. **Que és el trabajo?**. Moscu: Progreso, 1987.

SILVA, Maria Dolores Thiesen; Universidade Federal de Santa Catarina. **A política Pública de Trabalho e Emprego em Santa Catarina: Contextualização e Questionamentos**. Florianópolis, 2003. 1 v. Dissertação mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina.

SINGER, Paul. **O Capitalismo: sua Evolução, sua Lógica e sua Dinâmica**. 10. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

\_\_\_\_\_. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

PEDROSO, R.C. **Utopias Penitenciárias. Projetos jurídicos e Realidade Carcerária no Brasil**. Disponível em <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=5300>>. Acesso: em 30 de outubro de 2004.

SANTOS, Michelle Schimidt dos. **Poder Decisório dos Pais no Ingresso dos Jovens ao Mercado de Trabalho**. Florianópolis, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHKOLNICK, Roberto. GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. **Liberdade Assistida: Uma Polêmica em Aberto**. Série dos Direitos da Criança e do adolescente. Caderno nº 1.. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1994.

SINE. **Informativo Sobre o Mercado de Trabalho**. Disponível em: <<http://www.sine.sc.gov.br/>> acesso em : 28 de outubro de 2004



RAMOS, Nalu. **Modo de ser do adolescente e sua interferência em seu exercício profissional**. Florianópolis, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina.

TIEMANN, Marisa. **Trabalho Educativo Pode Ser Trabalho Produtivo?**. Revista Jurídica Virtual nº 5. Paraná. Procuradoria Regional do Trabalho 9ª Região, setembro/1999. Disponível em: [www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev/trab\\_educativo.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/Rev/trab_educativo.htm).: acesso em: 13 de outubro de 2004.

UNICEF. **Por um sistema de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda**. Disponível em : [http://www.unicef.org/brazil/sab/sab\\_3.pdf](http://www.unicef.org/brazil/sab/sab_3.pdf)>. Acesso em: 14 de outubro de 2004.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Infância e Adolescência, o Conflito com a Lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VIEIRA, Carla. **Avaliação de Impacto Social do Programa Jovem Trabalhador – IDES/PROMENOR**. Florianópolis, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ZAGURY, Tânia. **O adolescente por ele mesmo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996

## APÊNDICE



## **APÊNDICE A**

### **Roteiro de Entrevista**

#### **Aos adolescentes**

- 1- Qual seu nome ?
- 2- Qual sua idade ?
- 3- Está estudando? Se sim, qual a importância do estudo para sua vida? Se não, porque quis parar? Já repetiu de ano?
- 4- Você está trabalhando no momento? Já trabalhou? Em qual função?
- 5- Para você o que é trabalho, qual o significado dele em sua vida?
- 6- Já pensou em que profissão quer seguir? Alguém o influenciou nesta escolha? Quem?
- 7- O que o curso Programa de Iniciação para o Trabalho - CIEE proporcionou a você?
- 8- Quais as mudanças que você pode perceber em si mesmo no decorrer e após o curso PIT – CIEE?
- 9- O curso ajudou na busca pelo primeiro emprego? Porque?
- 10- Sentiu dificuldades no curso? Em que? Porque?
- 11- Como você se sentiu fazendo o curso de CIEE?
- 12- Você se sentiu mais inserido no mercado de trabalho por estar fazendo o PIT?
- 13- Você sentiu mais confiança em relação a conseguir uma vaga no mercado de trabalho pelo fato de ter feito o PIT?

## **APÊNDICE B**

### **Roteiro de Entrevista**

#### **Às Empresas**

- 1- Qual seu nome, idade, e cargo que ocupa na empresa?
- 2- Como surgiu de iniciativa de contratar adolescentes?
- 3- Desde quando a empresa firmou parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)?
- 4- Qual é a imagem da empresa em relação ao adolescente trabalhador?
- 5- A empresa proporciona algum tipo de capacitação? Que tipo? De que forma é realizada? Existe uma periodicidade?
- 6- De que maneira o desempenho do adolescente é percebido na empresa? O adolescente possui supervisor, alguém que o acompanhe diariamente e que seja sua referência?
- 7- Qual a percepção sobre as relações inter-pessoais na empresa?
- 8- A empresa possui regras em relação a gírias, vestimentas, ou seja, tudo o que tange o comportamento e a imagem do funcionário ? Quais?
- 9- Qual o perfil do adolescente exigido na empresa frente a:
  - a) nível escolar;
  - b) Idade;
  - c) Conhecimentos de informática;
  - d) Conhecimentos em outras línguas;
- 10- De que forma a empresa busca promover a cidadania do adolescente trabalhador? Qual a maior dificuldade que a empresa enfrenta no que se refere à contratação de adolescentes?
- 11- Se o adolescente trabalhador estivesse munido de todos os requisitos para ser um funcionário de sua empresa, no entanto tivesse cometido algum ato infracional, a contratação aconteceria do mesmo jeito? Sim, Não? Por quê?



## APÊNDICE C

O seguinte questionário contribuirá como embasamento ao Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Fabíula Gonçalves Martins, estudante da 8<sup>a</sup> fase do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. O interesse pelo tema surgiu através de estágio realizado na Prefeitura Municipal de Florianópolis, junto ao Programa de Medidas Sócio-Educativas Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, que atende adolescentes autores de atos infracionais, e que através de parceria entre a Prefeitura e o CIEE, deu-se encaminhamentos aos adolescentes para realizarem o curso de Programa de Iniciação para o Trabalho.

Cabe frisar que não serão apontados os nomes dos entrevistados, bem como o resultado final da pesquisa será enfatizado de forma geral, o que não possibilita qualquer tipo de identificação.

Os objetivos da pesquisa são:

### Objetivo Geral

Analisar a relação do adolescente autor de ato infracional e o mercado de trabalho

### Objetivos Específicos

- Conhecer a expectativa do empregador em relação ao adolescente autor de ato infracional no mercado de trabalho;
- Identificar a importância do trabalho para os adolescentes;
- Descrever alternativas pessoais e profissionais vivenciadas pelos adolescentes para enfrentar o mercado de trabalho;

- Identificar as contribuições do Curso Programa de Iniciação para o Trabalho – CIEE para os adolescentes;
- Demonstrar a percepção da equipe técnica do PIT - CIEE sobre o processo de encaminhamentos dos adolescentes autores de ato infracional ao mercado de trabalho.

Desde já agradeço sua colaboração.

---

Fabíula G. Martins

OBS: Dúvidas entrar em contato pelos telefone: 216-5220 ou 216-5223 das 13:00 às 18:00 hs.



## **APÊNDICE D**

### **Roteiro de Entrevista**

#### **Aos monitores**

- 1- A partir de sua experiência como monitor do PIT, como você observa o desempenho de adolescentes que foram encaminhados ao CIEE por meio do Programa Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade em comparação com os outros adolescentes do curso?
- 2- Você identificou alguma dificuldade no decorrer do curso por parte dos adolescentes encaminhados pelo Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade? Quais?
- 3- Quais as expectativas do CIEE frente estes adolescentes. Como você avalia o resultado final alcançado?
- 4- Qual sua percepção sobre as relações interpessoais criadas no grupo de alunos?
- 5- Em função a deficiência escolar que os adolescentes apresentam, você identificou alguma dificuldade em relação ao aprendizado dos mesmos? Os adolescentes se sentiram constrangidos diante de alguma situação, se sim, qual e por quê?
- 6- Houve de alguma forma receio em receber adolescente que praticaram atos infracionais? Por parte de quem? CIEE/Alunos/Empresa?
- 7- Qual a maior dificuldade que o CIEE enfrenta no que tange ao encaminhamento de adolescentes que praticaram atos infracionais ao mercado de trabalho?
- 8- Você teria alguma sugestão/critica em relação à parceria CIEE/ Programa Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade?